



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

JOÃO ALMIR MENDES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIOCULTURAL DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA – GO.**

**BRASÍLIA - DF
2018**



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

JOÃO ALMIR MENDES DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIOCULTURAL DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA – GO.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Lia Calabre de Azevedo Felix

**BRASÍLIA-DF
2018
POLO – GOIÁS – GO.**



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a comunidade Luzianiense, bem como aos amigos pelas contribuições e apoio para concluir essa etapa.

“Estudar a cultura é, portanto estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.”

(Geertz)

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar pelos momentos de alegria, realizações e aprendizado. Por ser minha referência em todos os momentos. Aos meus pais, Luiz Mendes e Maria Genésia, que mesmo distante nos motiva e incentiva a continuar na busca por oportunidades. Aos meus filhos Breno, Pedro, e a minha companheira Vanda pela disponibilização de tempo, paciência e compreensão do qual dediquei aos estudos. Aos tutores, professores, coordenadores e orientadores que participaram efetivamente do processo de formação.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - Contexto histórico e as políticas públicas e os novos desafios na Área cultural.....	11
1.1 Conceituando a Cultura.....	11
1.2 Uma aproximação conceitual de Políticas Públicas.....	16
1.3 Contexto histórico de Políticas Públicas de cultura no Brasil	18
 CAPITULO 2 - Políticas Públicas para o desenvolvimento social.....	22
2.1 Das Dimensões da Cultura às Políticas Culturais.....	22
2.2 A Constituição Federal Brasileira e os direitos culturais.....	24
2.3 Por uma Política Cultural para o Desenvolvimento local	25
 CAPÍTULO 3 – O Poder público local numa perspectiva cultural.....	29
3.1 O município de Luziânia suas características e localização.....	29
3.2 Luziânia e a Política Pública de Cultura	35
3.3 Diversidade Cultural do Município de Luziânia.....	51
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
Referências Bibliográficas.....	58

RESUMO

Cultura é manifestação essencial dos seres humanos. Considerando a veracidade desta afirmação, as políticas culturais ocupam um papel central na orientação das dimensões simbólicas do país, e podem servir como ponto direcionador às demais políticas públicas, em todos os setores. Diante disso, o presente trabalho tem como tema políticas públicas para o desenvolvimento sociocultural do município de Luziânia-GO. Assim, faz-se o questionamento: como as políticas públicas de cultura podem contribuir para o desenvolvimento sociocultural do município de Luziânia – GO? O objetivo geral da pesquisa é estudar as questões envolvidas no debate sobre as políticas públicas de cultura, a implementação de ações que compreendam a educação patrimonial e como isso pode influenciar a ação cultural na comunidade, relacionadas no desenvolvimento social local. Os objetivos específicos propostos foram: identificar se há políticas públicas para este fim; fazer levantamento através de inventário, dos equipamentos e bens culturais materiais e imateriais, bem como realiza levantamento de pesquisa bibliográfico; identificar se há Diagnóstico sociocultural. Para realização da pesquisa, a metodologia se balizou numa revisão da literatura, centrada em pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi realizada através de levantamento que visa identificar dados e informações em documentos já existentes e em material de outros autores. Essa busca se concentrou principalmente em textos, livros e artigos científicos, em bibliotecas principalmente a da Casa da Cultura de Luziânia, que possui razoável acervo sobre a produção cultural local. Verifica-se que Luziânia, é uma cidade bicentenária, é um celeiro cultural que ainda conserva eventos culturais enraizados desde seus anais. Todavia, pouco se faz para manter essa memória conservada, e também não se percebe muito interesse por parte dos governantes locais em efetivar políticas voltadas à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico da cidade, tampouco para promover novas incursões nesse universo.

Palavras-chave: Cultura. Políticas públicas. Desenvolvimento cultural.

INTRODUÇÃO

Dentro de uma perspectiva que aponta o processo de difusão cultural, as políticas públicas devem ser tratadas como meio de combate às desigualdades sociais. Torna-se necessário que se criem políticas públicas a fim de sanar pelo menos parte dos problemas sociais. À Administração Pública cabe a responsabilidade de criar e efetivar políticas públicas que atenda parte da demanda.

A administração pública parte sempre da unidade menor da federação, que é o município. O papel deste ente federativo é bastante relevante para o estado, pois cabe ao mesmo ser o facilitador e fomentador, possibilitando e gerando a produção de bens e serviços, garantindo o desenvolvimento econômico e social do país, pois é no município que acontece a interação social em plenitude. Mas esse desenvolvimento somente é possível caso haja uma articulação dos governantes locais, e requer que se formulem estratégias para que ocorra o crescimento e atuação no campo da economia criativa da cultura.

As competências constitucionais do Município permitem-lhe promover medidas para incentivar a atividade empresarial, assim como ações destinadas a proporcionar aos cidadãos oportunidades de emprego, formação e qualificação profissional e artísticas. A representação por intermédio dos agentes políticos eleitos, a competência e as atribuições da Câmara Municipal, instituição que congrega os representantes e a democratização do poder local, tem como objetivo primeiro contribuir para a renovação das políticas públicas locais, intensificadas pela globalização e pelo capitalismo financeiro bem como no campo social, possibilitando alianças sociais ou tentando converter o espaço local em novo locus de solidariedade cívica.

Conforme salientado por Campos (2012, p. 30), “valorizar a cultura das comunidades é uma excelente forma de criar no cidadão o sentimento necessário ao engajamento”. Tendo em vista que Luziânia é um município bicentenário, com seus 272 (duzentos e setenta e dois) anos, com grande diversidade cultural em virtude da miscigenação dos povos, da mescla de diferentes credos, linguagens, hábitos e costumes, gastronomia, danças e folclore, mister se faz a afirmação desta expressão através da criação e manutenção de políticas públicas.

O município de Luziânia foi constituído sobre a égide de exploração das riquezas naturais, no caso o ouro a partir de 1746, e as influências religiosas e festividades caminhavam juntas com o povo. Portanto é lícito citar e descrever algumas das principais manifestações culturais expressadas no município de Luziânia, ambas bastante relevantes no campo da cultura bem como no que tange ao desenvolvimento local, como: As festividades da Festa do Divino Espírito Santo com mais de dois séculos ininterruptos, celebrada entre maio

de junho de cada ano. Sem sombra de dúvida é a manifestação com maior duração da cidade, tendo em vista algumas ser descontinuadas no último século como as Congadas, Folguedos e as Cavalhadas. Presente ainda de forma efervescente em outros municípios goianos como Pirenópolis, Santa Cruz de Goiás, e as congadas em Catalão, Niquelândia. Diante do desmonte cultural no ano de 2014 foi instituído a Semana do Folclore de Luziânia, na tentativa e por objetivo resgatar tais manifestações culturais da localidade em único evento, bem como possibilitar o intercâmbio cultural com os demais municípios e regiões. Que por sinal vem se fortalecendo e possibilitando oportunidades e intercâmbio entre os municípios como Cristalina, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental.

As políticas culturais ocupam um papel central na orientação das dimensões simbólicas do país, e podem servir como ponto direcionador às demais políticas públicas, em todos os setores. Para tanto, devem-se considerar as lacunas deixadas pelo mercado no financiamento à produção cultural no Brasil, em que áreas artístico-culturais com pouco apelo comercial tendem a não serem incentivadas. Na prática, manifestações onde o investimento financeiro não tenha retorno garantido ou não satisfaça os departamentos de marketing das empresas, não têm financiamento. Assim, não se sustentam como expressão legítima da cultura nacional, pois não têm caráter comercial, enfraquecendo, portanto a economia criativa da cultura na localidade.

A difusão cultural pode contribuir para amenizar problemas sociais, pois ajuda a conhecer e aprimorar as experiências, e a formar novas mentalidades voltadas para valorização da diversidade cultural. Freyre (1969) entende cultura como um conjunto de valores, hábitos e influências sociais. Assim, ao focar as diversidades culturais, observa-se que estas de fato são ações que contribuem como um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade humana, às expressões culturais e o pleno respeito à sua disseminação.

A curiosidade, a ânsia da busca do desconhecido e o registro de descobertas estão sempre presentes no dia-a-dia do homem, pois, desde os primórdios o mundo está em ascensão e com fins de aprimorar os conhecimentos, mas diante dessas expectativas a representação tornou-se fundamental, sendo a cultura de manifestação dinâmica e atemporal.

Este trabalho tem como tema “políticas públicas de cultura para o desenvolvimento sociocultural do município de Luziânia – GO”. Visa buscar contribuição para o estudo das políticas públicas de cultura, e sua importância para o crescimento do município, sua efervescência e desenvolvimento local. Tendo como princípio o cidadão o meio de transformação, posiciona-se de maneira crítica, articulando a participação, buscando estabelecer redes de relações. Dessa maneira, se desenvolve em torno das políticas culturais.

Assim, faz-se o questionamento: como as políticas públicas de cultura podem contribuir para o desenvolvimento sociocultural do município de Luziânia – GO?

Parte-se do contexto de que a cultura faz parte diretamente do homem e suas relações, e possui o escopo de um aprofundamento na pesquisa sobre a diversidade cultural a ponto de identificar sua importância e sua representação para a humanidade.

O objetivo geral é estudar as questões envolvidas no debate sobre as políticas públicas de cultura, o processo de institucionalização bem como a implementação de política pública e ações que compreendam a educação patrimonial e como isso pode influenciar a ação cultural na comunidade, relacionadas no desenvolvimento social local.

Os objetivos específicos propostos foram:

- ✓ Identificar se há políticas públicas para este fim;
- ✓ Fazer levantamento através de inventário, dos equipamentos e bens culturais materiais e imateriais e levantamento de pesquisa bibliográfico;
- ✓ Identificar se há Diagnóstico sociocultural.

A metodologia para elaboração do trabalho se balizou numa revisão da literatura, centrada em pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi realizada através de levantamento que visa identificar dados e informações em documentos já existentes e em material de outros autores. Essa busca se concentrou principalmente em textos, livros e artigos científicos, em bibliotecas e na Casa da Cultura de Luziânia, que possui razoável acervo sobre a produção cultural local.

Para melhor compreensão, o presente estudo foi dividido em capítulos. No primeiro capítulo aborda-se o contexto histórico, as políticas públicas e os novos desafios na área cultural, onde se pretende fazer uma conceituação de cultura e apresentar curiosidades de algumas manifestações culturais no Brasil, além do conceito de políticas públicas.

No segundo capítulo serão abordadas as dimensões da cultura às políticas culturais para o desenvolvimento social. Nesse capítulo busca-se aprofundar as dimensões culturais e averiguar com mais ênfase como o desenvolvimento de uma região passa pela apropriação das políticas públicas.

O terceiro capítulo traz uma abordagem sobre o poder público local, da contextualização dos aspectos culturais, do caminho já percorrido no processo de implementação do SMC – Sistema Municipal de Cultura. Nesse aspecto, busca-se registrar algumas das expressões culturais, das festas tradicionais existentes e alguns registros de manifestações descontinuadas, do levantamento dos principais equipamentos culturais, e do patrimônio artístico e cultural, seu estado de conservação e se está sendo preservado.

Finalmente, as considerações do pesquisador acerca do tema abordado, incluindo-se os resultados das investigações teóricas.

Capítulo 1 – Contexto histórico e as políticas públicas e os novos desafios na área cultural

1.1 Conceituando Cultura

Cultura é manifestação essencial dos seres humanos, presente em todas as comunidades e ou aglomeramentos humanos, e contém muitas acepções. O Dicionário de Sinônimos Online (<https://www.sinonimos.com.br/cultura/>) informa pelo menos 34 acepções da palavra cultura, em 6 sentidos diversos:

Conhecimento: competência, conhecimento, erudição, estudo, instrução, sabedoria, saber, sapiência. Coletividade de indivíduos: etnia, descendência, estirpe, classe, família, geração, grupo, linhagem, povo, raça. Costumes predominantes: comportamentos, costumes, hábitos. Civilização: civilização, desenvolvimento, progresso. Agricultura: agricultura, cultura, cultivo, lavoura, lavra, lavradio, plantação. Animais e plantas: criação, geração, produção.

Como se vê, é tarefa altamente complexa tentar conceituar um tema muito emblemático. Portanto, não se tem ainda uma definição concreta, mas diante das pesquisas, identificou-se que vários autores já construíram análises em torno do tema, sendo que cada autor faz sua própria defesa.

Dentro desta perspectiva apresentar-se-á definições de autores ao longo dos séculos. Nesse compasso, uns defendem a origem humana como “orgânica”, outros como “natural”; alguns dizem que a cultura é composta de “sistemas”, outros que a cultura é composta de “símbolos” e “conhecimento”. Percebe-se que a Antropologia, mesmo não sendo a única “ciência” presente na condição humana para tentar apresentar resultados que aproxime de um conceito que atenda nossos anseios, tem sido objeto de pesquisa de diversos autores a fim de conceituar cultura.

Laraia (1986) trata de uma das primeiras definições de cultura desenvolvida pelo autor inglês Edward B. Taylor (1832-1917). Para esse autor, cultura é um conjunto complexo de conhecimentos, evidenciado por meio das “crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (LARAIA, 1986, p.25). Temos a capacidade de ao longo de nossa existência adquirir novos hábitos e costumes que podem se tornar comuns para a sociedade, tornando-os, assim, cultura. Um conceito “universalista”, numa perspectiva de amplitude expressada na vida do homem de maneira universal.

Deste modo, ficaria claro para Taylor que a aquisição do aprendizado tinha origem simplesmente biológica. E definiu cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo

aquilo que independe de uma transmissão genética, como diríamos hoje. Em 1917, Kroeber acabou de romper todos os laços entre o cultural e o biológico”. Laraia (1986, p. 28).

Outro autor importante foi o antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942), que desenvolveu seus estudos nos Estados Unidos. Ele tinha uma visão particularista. Fez pesquisas de forma variada em torno da cultura, chegando à conclusão que as diferenças entre grupos e sociedades humanas eram puramente culturais, e não biológicas. Foi bastante radical por não aceitar uma generalização, ou seja, toda conclusão ou aproximação deveria ser feita por meio de pesquisas concretas.

O antropólogo Roque Laraia (1986) em sua obra *Cultura um conceito Antropológico*, reforça que o homem é fruto de um resultado adquirido no meio cultural, hereditariamente construído ao longo dos anos, e por que não séculos? Reforça que todo conhecimento origina dos antepassados e vai possibilitando melhoramentos e adequações, a ponto de alcançar um resultado que atenda aos anseios da comunidade que está diretamente envolvida no processo cultural.

Laraia (1986) reafirma ainda o pensamento de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), outro importante antropólogo da Bélgica, que atuou de forma efetiva na França e que definiu cultura como sistemas estruturais, ou seja, “sistemas simbólicos que é uma criação acumulativa da mente humana” Laraia (1986. p.62). Desse modo, envolviam diretamente a linguagem, as regras matrimoniais, a arte, a ciência, a religião e as normas econômicas. Para ele, todos esses sistemas se entrelaçam diretamente a ponto de influenciarem a realidade social e física das diferentes sociedades.

Outro ponto observado pelo antropólogo foi quanto à preocupação pelas regras universais e os elementos indispensáveis para vida social, abordando assuntos como o incesto, “relação sexual entre parentes (consanguíneos ou afins), condenada pela moral, pela lei e pela religião (Dicionário Michaelis On-line)”. Diante dessa análise, desenvolveu outras pesquisas sobre os mitos que envolvem as sociedades primitivas:

A posição da moderna antropologia é que a cultura age seletivamente e não casualmente sobre seu meio ambiente, explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura. (LARAIA, 1986, p. 24).

Segundo Laraia (1986) existem dois tipos de mudança cultural: a interna e a de contato. No primeiro caso ela pode ser lenta, quase não percebida. Esses ritmos podem ser acelerados por intermédio de eventos e fatos históricos, como algo que fica marcado ao longo do tempo, como as grandes catástrofes. Outro ponto importante necessário mencionar é o

processo de aculturação, que pode ser mais “rápido e brusco” dependendo do caso; outra forma é adquirida pelo contato entre culturas. Os antropólogos de todo o mundo têm estudado com afinco ambos. Os casos extremos ocorrem com uma frequência menor, não havendo mudanças significativas na sociedade humana.

David Schneider (1968) apud Laraia (1986) tem uma abordagem distinta, conforme expressa na introdução do seu livro *American kinship: A Cultural Account*. Ou ainda pelo sistema de símbolos e significados, através dos quais, o indivíduo se reconhece e se identifica pertencente à determinada nação. “Estudar a cultura é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura” (LARAIA, 1986, p. 64). Deste modo o autor descreve que:

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e seres humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos (...). Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura. (LARAIA, 1986. p.56).

O homem, ao longo de milhões de anos, foi submetido e propenso a passar por modificações de hábitos e costumes, porém não houve mudanças em sua forma física e biológica. A hereditariedade, por meio dos hábitos, pode mudar em virtude da aproximação física e da convivência com outras nações e tribos. Com tantos problemas que requerem ações do governo e da sociedade civil, as políticas públicas podem ser um caminho a ponto de possibilitar ações coletivas entre estado e o povo.

Nesta perspectiva conceitual de cultura, não podemos deixar de introduzir o termo “etnocentrismo” ligado diretamente à cultura. Isso significa ter uma visão de mundo com uma nova ótica, a ponto de perceber a forma de nascer e conviver em uma classe social, deste modo pertencente a uma etnia, determinando o fato de ser homem ou mulher como condição da diversidade humana, cultural e ideológica. Essa pode ser uma grande dificuldade de aceitar as diversidades em uma sociedade ou entre sociedades diferentes, pois, é comum os seres humanos seguirem seu grupo ou a sociedade como meio de avaliação; “em outras palavras, cada grupo ou sociedade considera-se superior e olha com desprezo e desdém os outros, tidos como estranhos ou estrangeiros”. Esta probabilidade foi identificada pelo sociólogo William G. Sumner (1840-1910) que no ano de 1906 criou o termo etnocentrismo, comum nos dias atuais.

O etnocentrismo tem a finalidade de complementar à discussão da cultura e da sua diversidade. O termo Etnocentrismo é conceituado e suas manifestações são exemplificadas

de forma abrangente. Etnocentrismo é responsável pela intolerância e o preconceito nos âmbitos religioso, cultural, étnico e político. Preconceitos esses ainda bastante presente no cotidiano da sociedade.

Na antiguidade, os romanos chamavam de “bárbaros” todos aqueles que não pertenciam a seu povo ou mesmo se não tinham a sua cultura. Já no período do Renascimento, e por fruto da miscigenação entre os povos, os europeus chamavam os americanos de “selvagens”. Isso tudo encadeou intolerância e preconceito em nível cultural, religioso, étnico e político. Dessa forma, criando diversas expressões ao longo da história, propiciando ideologias racistas de superioridade do branco sobre o negro ou mesmo de uma etnia sobre outra, e como vivemos em um mundo globalizado torna-se comum formular ideia de que a cultura ocidental é superior, gerando mal-estar nas relações entre grupos e povos.

O conceito de cultura é usado para dar início a uma discussão que representa o outro lado das relações culturais, os meios de controle que visam à dominação, a ponto de guiar as ações bem como os comportamentos dos indivíduos ou de uma coletividade, formada por grupos ou determinadas etnias.

Portanto a cultura é um comportamento humano que requer também ações, a vinda do monarca D. João para o Brasil, no século XVIII foi um marco importante na perspectiva cultural, onde segundo historiadores como Laurentino Gomes relata que entre a bagagem do monarca vieram diversas obras literárias. Tal confirmação se deu com a visita do Francês Jacques Arago que disse “que ficou surpreso ao visitar a biblioteca real trazida de Portugal por D. João. Com 60.000 mil volumes de obras raras eram uma das maiores do mundo” (GOMES, 2010, p.70). Esse acervo, por incrível que pudesse parecer, situava-se em um país de analfabetos, de fato um país “pobre”, “descalço” e “atrasado” que ainda tinha o hábito possuíam a cultura das caçadas e escravização dos índios (GOMES, 2010).

Era o Rio de Janeiro que “se exibia nos concertos do Real Teatro de São João, nas missas e te-déuns da Capela Real, nas cerimônias do Beija-mão no palácio da Quinta da Boa Vista e nos salões frequentados pelo corpo diplomático” (GOMES, 2010, p.70). É daí que nasce a cultura denominada erudita, oriunda da Europa, em que as expressões artísticas, como a música clássica, as artes plásticas, pintura, escultura, teatro e a literatura, que tinha abrangência universal.

Esses produtos culturais, como qualquer mercadoria, poderiam ser adquiridos como um produto de consumo, e algumas peças eram deixados como herança como bens físicos de altíssimo valor comercial, por se tratar de obras, em muitos casos exclusivos. Nesse até então novo modelo implantado no Brasil no caso:

A música era. De longe, a arte preferida pela corte portuguesa no Rio de Janeiro. O pintor Jean-Baptiste Debret, que chegou ao Brasil com a Missão Artística Francesa de 1816, estimou que D. João gastava 300.000 francos anuais, uma fortuna para a época, na manutenção da Capela Real e seu corpo de artistas, que incluíam “cinquenta cantores, entre eles magníficos virtuosi italianos, dos quais alguns famosos castrati, e cem executantes excelentes, dirigidos por dois mestres de capela”. Em 1811, tinha chegado ao Rio de Janeiro o mais renomado músico português, o maestro Marcos Antônio Portugal. Até a partida da corte em 1821, ele comporia inúmeras peças e músicas sacras em homenagem aos grandes eventos da coroa. Em 1816, foi a vez do compositor e maestro austríaco Sigismund Neukomm chegar ao Brasil. (GOMES, 2010.p.77).

Esse modelo foi inserido pela família real. Percebe-se, portanto que eram destinados exclusivamente às elites, formadas por Imperador, Imperatriz, Barões, Viscondes, Condes, Marquesas, construindo assim uma cultura elitizada.

Na contemporaneidade, não possui uma classificação de cultura, trata-se de cultura popular e tradicional que encontra as expressões nos mitos, crenças, contos, danças, músicas. Como também no artesanato rústico em madeira, cerâmica e pintura. Que na sua maioria são aprendizados deixados pelos Mestres e Mestras que mantem genuinamente a origem das comunidades tradicionais e seu povo.

O universo cultural criado pelo povo como possíveis alternativas de difusão cultural nos possibilitam arriscar a conceituar a palavra importantíssima para cultura, “folclore”, que se origina do inglês “*folklore*” junção de folk, “povo”, e *lore*, “saber” que significa “discurso do povo”, “sabedoria do povo” ou mesmo o “conhecimento do povo”. As manifestações e expressões culturais são diversificadas, pois a diversidade cultural não é desenvolvida somente no meio urbano. Segundo Barros (2008), é reconhecido que a articulação entre cultura e desenvolvimento se dá primeiramente na dimensão subjetiva e imaterial da experiência cultural.

A cultura afro-brasileira, arte urbana como o grafite, a musicalidade como hip hop, rap, funk, danças clássicas, estão inseridos em todos os espaços da sociedade sem distinguir se é urbano ou rural. Como podemos citar a origem tradicional música raiz sertaneja, e danças como o catira e as festas tradicionais. Deste modo, afirma-se a possibilidades das manifestações se desenvolverem em todos os espaços, pois a cultura não é classificada e sim elaborada pelos segmentos artísticos e culturais.

Segundo Alfredo Bosi, apud Tomazi, (2010), não existe no grego uma palavra que defina cultura, de outro modo a palavra cultura que vem do latim e designa “o ato de cultivar a terra”, ou seja, o hábito de preparar o terreno para o plantio, na perspectiva da colheita de frutos bons. Deste modo a cultura se vincula ao ato de trabalhar. “A cultura é alguma coisa que se faz, e não apenas um produto que se adquire. É por isso que não tem sentido comparar

cultura popular com cultura erudita” (Tomazi, 2010, p.177). Não podemos afirmar que ter cultura é o mesmo que ser superior, e não ter significa ser inferior. Nesse sentido não há um elemento de classificação social.

A humanidade é propensa a sofrer modificações e adquirir novos hábitos e costumes, mesmo que seja originado da hereditariedade. Geralmente isso ocorre em virtude da aproximação física e da convivência com outras nações e tribos. Se tomarmos como base, o Brasil é um país novo em relação a outros, como os países do continente europeu, e talvez por isso seja tão miscigenado. Desta forma, cria-se a possibilidade de formular políticas públicas, a fim de fomentar a economia criativa da cultura.

1.2 Uma aproximação conceitual de Políticas Públicas

Para dar início à reflexão do conceito, com embasamento em Teixeira Coelho, autor da obra *Dicionário Crítico de Política Cultural*, reafirma-se que as estruturas culturais, bem como as políticas culturais, são compreendidas como intervenções executadas pelo estado, entidades, sociedade civil e comunidade em geral e são a ciência de organização. Com “objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. Deste modo, cultura pode ser compreendida como ações que caracterizam o modo de vida de uma comunidade, com a obrigação de ajudar os indivíduos a ter mais autonomia para interferir em sua própria realidade, e política como a criação de instituições sociais múltiplas nas quais a sociedade se representa a si mesma.

Portanto, as políticas públicas são conjuntos de ações coletivas que tem por finalidade garantir os direitos sociais do cidadão e cidadãs, e em posse dessas garantias possibilita a distribuição de recursos públicos, para atender parte da lacuna e demandas da sociedade. Para construção das chamadas políticas públicas precisa haver o público a ser beneficiado, baseado nos fundamentos do direito coletivo. Para aquisição destes direitos precisa haver relações de reciprocidade e antagonismo entre o Estado e a sociedade civil.

Nesse sentido, às políticas públicas cresceu no Brasil diante de uma luta pela democratização do Estado e da sociedade: a Constituição Federal de 1988. É considerada até hoje um marco “político institucional e jurídico”, de forma ampliada com a possibilidade de proteção social de um povo que luta por justiça e aquisição dos direitos.

No âmbito dos governos municipais, houve uma intensificação maior a partir de 1988, partindo do pressuposto que toda política pública emana do povo ou mesmo partem de autoridade pública. Essas participações e experiências têm promovido certa descentralização,

e possibilitando a construção de uma agenda local de políticas públicas com a participação popular e os governos locais.

Compreender o termo políticas públicas é fundamental para que possamos identificar o seu objetivo, como é elaborado? Qual o público alvo? Que requer uma política pública específica, implicando de forma efetiva uma decisão política, pois é sabido que nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Tornando necessário entender como elas surgem, desde a adesão o longo processo de institucionalização, e o como são implementadas no município, e quais os ganhos que podem ter perante a sociedade e o poder público. De acordo com a definição, as políticas públicas podem ser entendidas como:

Conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos. (RUA, 1998: 731 apud: BANGO, 2003: 78).

Nesta perspectiva, pode-se compreender que as políticas públicas são mecanismo que tende a resolver problemas simplesmente políticos, e dependem de atores influentes na sua elaboração tornando-os principais focos a essas diretrizes, a ponto de exercer pressão, para que a questão entre na agenda pública e assim seja debatida.

Políticas públicas no Brasil representavam apenas um pensamento voltado para os temas educacionais e assistenciais. Onde a educação se popularizou como meio de ascensão social e formação do indivíduo para sua atuação na sociedade. Desta forma uma política cultural torna-se fundamental a ponto de reconhecer a existência da diversidade, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade. Portanto compreender:

Qual é a relação entre uma política pública e um plano de desenvolvimento? [...] Há políticas públicas sem Estado? [...] Há políticas públicas sem sociedade civil?"". É claro que nem todas as políticas ou ações governamentais são políticas públicas se elas não envolverem a participação cidadã efetivas para o alcance de um pacto e de um acordo entre os diversos atores, os cidadãos e o Estado, para criar uma nova realidade que beneficie a todos. (CANO, 2007, p.69)

Segundo Cano Blandón (2007, apud Calabre, 2007) essas reflexões são caracterizadas por ações de um conjunto de atores, compondo “o estado e os órgãos não governamentais” incluindo nesse processo as “empresas privadas e cidadãos”. Nesta perspectiva qual o significado de “público” de que forma devemos desenvolver atividades que possibilite o exercício do “papel das políticas públicas”? E “Qual é o papel da participação cidadã”? Quais são os objetivos e os “propósitos da política pública”? Como podemos compreender as diferenças entre governo e o “espaço do público”? “Qual a relação entre a política pública e o plano de desenvolvimento cultural”? (CALABRE, 2007, p.70).

Estes questionamentos nos remetem o entendimento de que as políticas culturais estar inserida na agenda dos problemas sociais existentes em nossa sociedade sociocultural. Nessa perspectiva as agendas dos governos carecem ser fortalecidas pelas possibilidades, onde as políticas públicas tem papel relevante nesse processo de decisões de poder:

As cidades e os governos locais têm um papel de primeira ordem como elementos de democratização e de eficiência. A cidadania pede governos próximos, responsáveis com a democracia e eficientes em seus serviços. Por sua vez, os governos locais se voltam para outras cidades: compartilhando informações, identificando iniciativas ou boas práticas, atuando como uma “diplomacia de segundo nível” em situações de conflito, advogando para que suas petições sejam escutadas. Longe da pulsão identitária e homogenizadora que caracterizou a imensa maioria dos Estados modernos, as cartografias essenciais das cidades se assemelham muito, e isso lhes permite atuar hoje no mundo tanto com a fórmula universalista “pensar globalmente, agir localmente”, como com sua complementar diversalista “pensar localmente, agir globalmente”. (COELHO, 2008, p. 53).

A Agenda 21 da Cultura sem sombra de dúvidas foi um marco na história de fortalecimento das políticas culturais, partindo do pressuposto que “governos locais na governança nacional e internacional”, tendo em vista a proximidade com a sociedade que interagem em rede no campo cultural. As discussões no evento primavam por inserir a participação como um dos caminhos para assegurar o fortalecimento das políticas culturais e se desenvolver da localidade.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura - UNESCO o desenvolvimento cultural do Brasil tem ocorrido nos últimos anos, em virtude dos esforços empreendidos no planejamento e da criação dos sistemas de gestão de equipamentos e órgãos presente nas esferas do governo, municipal, estadual e federal.

1.3 Contextos históricos de Políticas Públicas de Cultura no Brasil

Pretendo apresentar uma pequena introdução do contexto histórico e trajetória, sintetizando a relação estado/cultura no campo das políticas culturais, partindo de momentos importantes na história para construção de mudanças, e compreender o verdadeiro papel a ser exercido pelas políticas culturais:

Neste sentido, o conceito inicialmente econômico usado para a definição das políticas públicas de cultura sofreu grandes mudanças, principalmente quando estabelece novos paradigmas do âmbito de influências da cultura em outras áreas da sociedade. Nesta linha encontra-se o pensamento de Montiel: Não se trata apenas do desenvolvimento da cultura para o próprio setor cultural, senão que a cultura seja a alavanca, o ponto de apoio, para atingir objetivos no plano do desenvolvimento econômico, social e cultural. Nessa estratégia de luta contra a pobreza, é imperativo superar uma visão elitista e culturalista para adotar um enfoque mobilizador de energia criativa da sociedade em termos produtivos e empresariais. (SANTIAGO, 2013, p. 34).

Desta forma, considera-se importante retomar um pouco da história e no processo de construção, segundo Calabre (2003), afirma que no Brasil a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história. É que estas preocupações em criar políticas públicas para o setor cultural, já tinha sido pensado desde o século passado, por volta das “décadas de 1930 e 1940” não exatamente com estas características institucionalizadas que temos na atualidade:

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais. (CALABRE 2003, p.38)

Deste modo a cultura avança bastante neste período vindo a se fortalecerem ainda mais com outras iniciativas do governo federal, com a criação de outros institutos que norteassem os rumos da cultura brasileira no mesmo ano. Com a criação destes institutos foi percebido a necessidade de se criar órgãos deliberativos em prol da cultura brasileira, foi quando no ano seguinte em 1938 cria-se o primeiro Conselho Nacional de Cultura, com objetivo de deliberar assuntos inerentes à cultura.

Tempos após já no ano de 1970 a área cultural alcança um novo rumo, passa a ser ligada diretamente às ações do MEC – Ministério da Educação, tornando-se mais forte. Em 1981, Aloísio Magalhães assume a direção da secretaria que passou a se chamar Secretaria de Cultura.

Nesta perspectiva de crescimento da área cultural no país, podemos citar Aloísio Magalhães como um grande incentivador e fomentador da cultura, a quebra de paradigmas vem a favor e ao anseio de um profissional que tem ânsia pelas mudanças na política cultural, bem como as dificuldades enfrentadas em um período de governo militar, e que a cultura não era olhada como prioridade. A articulação de Aloísio Magalhães foi fundamental para o desenvolvimento da cultura, como titular da secretaria de cultura foi capaz de articular junto ao governo federal ações concretas para o desenvolvimento e descentralização do poder:

Em vários momentos pode-se ver como Aloísio Magalhães consegue articular o seu interesse específico no caso a questão da cultura, com a situação do país naquela época. Se por um lado ele reconhece que o país vinha vivendo, já há 15 anos, “um período de intensa centralização de poder”, isto é justificado pela necessidade de respostas aos problemas internacionais. De seu ponto de vista, a criação de uma infraestrutura que desse ao país condições de enfrentá-los enquanto nação emergente era questão inadiável. [...] Aloísio Magalhães teve a desenvoltura, como poucos, de transitar não só nas diversas áreas ministeriais (onde a criação do CNRC é exemplar) como junto aos setores militares. A articulação entre esses dois conceitos – *metades envolvimento e para desenvolvimento* – é típica neste sentido. Enquanto o primeiro justifica plenamente o autoritarismo ditatorial do governo federal, o segundo localiza a cultura como base de correção de suas distorções, diretamente ligada à política de desenvolvimento do país. (BOTELHO, 2001, p. 102).

Calabre (2003) reafirma que somente na gestão do então Presidente José Sarney, 1985, é criado o Ministério da Cultura com uma estrutura individualizada de políticas culturais. O órgão que passou a ser muito criticado por não corresponder com os anseios da classe, pela falta de estrutura “de ordem financeira como administrativa”. Não dispunha de mão de obra “pessoal”, espaço físico, e recurso financeiro, e uma grande rotatividade de ministros. Mesmo com as dificuldades que o recém-criado Ministério de Cultura enfrentava, e na tentativa de fortalecer e desenvolver a área cultural, como a destinação de recursos foi criada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura. A Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. Na tentativa de tornar a lei de fomento e financiamentos por meio de captação por incentivos fiscais, a serem abatidos das empresas de capital privado.

Deste modo com a aprovação da Constituição Federal de 1988 no Artigo. 215 – CF.1988, p.87, orienta sobre os entes federativos quanto às diretrizes e responsabilidades com os direitos culturais, que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. De fundamental importância para os segmentos culturais e sociedade em geral, pois, trata-se de direitos do cidadão.

É na década seguinte a partir dos anos 1990, as políticas públicas de cultura foram intensificadas nas instancias governamentais, porém, no governo Fernando Collor foi extinto o Ministério de Cultura, que no entendimento do gestor carecia reformas que por sinal foram adotadas medidas e estratégias do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, a urgência na formatação do projeto de Estado visa isentar do papel de garantidor de direitos. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington.

Desta forma com a reestruturação passou as responsabilidades para os estados e municípios, ou seja, o “estado mínimo” prevaleceria uma vez que não houve quase investimentos no período que compõem 1990 e 1991. A retomada ocorre somente em 23 de

dezembro de 1991, quando foi promulgada a Lei° 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura. A nova lei, que ficou conhecida como “Lei Rouanet”, que de fato era apenas um aprimoramento da Lei Sarney, com características de buscar recurso financeiro por meio da renúncia fiscal por empresas privadas.

Já no governo de Itamar Franco em 1992 é recriado o Ministério da Cultura, e consequentemente a FUNARTE já no ano seguinte. A cultura ganhou olhar diferenciado progressivamente se fortalecendo e possibilitando um maior desenvolvimento. Deste modo sendo valorizado pelos governos e gestores, tendo em vista que com estas ações o desenvolvimento da sociedade pode de fato ocorrer por meio da cultura. Mesmo que partindo de iniciativas públicas ou privadas, a cultura é fruto do conhecimento e símbolos construído ao passar dos tempos, esse fator é fundamental para o equilíbrio da sociedade e em contrapartida o desenvolvimento humano.

O Brasil com os governos e práticas neoliberais em torno das políticas culturais percebe a cultura como um produto que precisa e devem ser comercializados pelos governos, centrada nas leis de incentivo com o objetivo de ampliar o acesso à cultura e entidades privadas e outros investidores da produção cultural, que tem ocupado este mercado crescente.

Os percalços foram presentes no processo de consolidação das políticas culturais, desde o autoritarismo as instabilidades, ambas marcantes na história recente da política cultural do Brasil. Segundo Albino Rubim (2008, p. 54), “somente nos períodos autoritários o Brasil conheceu políticas culturais mais sistemáticas, nas quais o Estado assumiu um papel mais ativo”. Que este modelo não é algo recente e sim desde o Brasil colônia que o que permeava era a ausência:

Já que só tem uma cultura legítima, a política cultural não deve se dedicar a difundir só aquela que é hegemônica, mas sim a promover o desenvolvimento de todas as que sejam representativas dos grupos que compõem uma sociedade. (CANCLINI, 1987, p.50).

Para Canclini, a política cultural não é um produto engessado ou mesmo hegemônico, deste modo às políticas públicas de cultura devem atender de maneira abrangente, todos os grupos e em todas as instâncias da sociedade, de maneira plural a fim de gerar desenvolvimento nos municípios e nas comunidades. Somente com a articulação de Aloísio Magalhães foi fundamental para o desenvolvimento da cultura, como titular da secretaria de cultura foi capaz de articular junto ao governo federal ações concretas para o desenvolvimento e descentralização do poder.

CAPITULO 2 - Dimensões da Cultura às Políticas Culturais para o desenvolvimento social

2.1 Das Dimensões da Cultura às Políticas Culturais

Quando falamos em política cultural, em gestão cultural, em projetos culturais ou em outras expressões semelhantes, estamos fazendo referência, normalmente, as abordagens em torno das Políticas Públicas de Cultura.

Para Botelho, (2001) a cultura é analisada em duas visões a antropológica e a sociológica, a análise requer aprofundamento destas dimensões na tentativa de buscar a origem da cultura e sua política pública específica na vida da humanidade. O trabalho torna-se difícil para que possamos buscar uma formulação de políticas culturais específicas.

Com base na autora que descreve com maestria, as duas dimensões antropológicas, e a sociológica, na qual aprofundarei um pouco mais tais dimensões, a fim de compreender a sua importância no que se refere a políticas culturais.

As discussões suscitadas em torno das políticas culturais estão focadas no campo de atuação dessas políticas e nos agentes envolvidos em sua formulação e prática. Isaura Botelho (2001, p. 3) reconhece essas duas dimensões antropológicas e sociológicas da cultura que deveriam ser consideradas alvos das políticas culturais.

A dimensão antropológica remete à cultura produzida no cotidiano, representada pelos pequenos mundos construídos pelos indivíduos, que lhes garante equilíbrio e estabilidade no convívio social. Esta última perspectiva apresenta-se como o grande desafio para o alcance dos gestores da cultura. Um ponto que precisa ser destacado é o econômico, pois, a cultura requer financiamentos de forma sistematizada, precisa-se criar a cultura da distribuição de recursos para fins culturais, desta forma por sua vez, o reconhecimento do caráter público de uma política cultural se instala como mais um dilema na definição deste termo. Para além do aparato institucional do estado e dos municípios, as políticas culturais podem ser implementadas por inúmeros setores e agentes sociais, inclusive atuando em conjunto. Este é, particularmente, um alinhamento exigido pelas novas demandas sociais emergidas das constantes transformações culturais observadas na contemporaneidade.

A dimensão sociológica, distintamente privilegiada por tais políticas, refere-se ao mercado, à cultura “elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”. Deixando de lado a visão antropológica no sentido de produção que requer um sistema organizado, a dimensão sociológica torna possível a produção cultural por meio de seus agentes, a ponto dos mesmos criarem seus meios de fomento e do financiamento. A sociedade se organiza em

conjunto a fim de construir os bens culturais e utilização de espaços e equipamentos já existentes, proporcionando e formando seu público para o consumo dos bens culturais produzidos nesta dimensão:

Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. (BOTELHO, 2001, p.3)

Nessa perspectiva do institucional, a política cultural é uma realidade, porém requer um olhar diferenciado para que de fato sejam alcançados seus objetivos, a dimensão sociológica visa identificar as peculiaridades, carências, a ponto de elaborar diagnósticos com fins próprios de buscar soluções para as questões, bem como os mecanismos de financiamentos. Pois acreditamos que tão somente existirá desenvolvimento da cultura por intermédio de uma política pública de cultura que atenda parte da sociedade.

Para Gil (2005) que foi um grande defensor das políticas públicas de cultura, como mecanismos a ser construídas requerem uma análise complexa, com referenciais e ferramentas que atenda no campo da economia da política cultural. Partindo do pressuposto a ponto de considerar que requer um processo democrático, dentro de uma perspectiva múltipla de políticas públicas, e que atenda de forma sistemática todos os agentes culturais, coletivos e grupos. Dando e gerando oportunidade de expressar suas manifestações, basta que haja de fato “parcerias com os estados e municípios, dando vez e lugar a todas as manifestações culturais, em especial às culturas populares, indígenas e afrodescendentes” Gil (2005, p.110). Deste modo pode-se alcançar um novo patamar de inclusão e engajamento dos diversos grupos culturais que não tem acesso e oportunidade de se manifestar por diversas questões que a impedem tais como a econômica.

Deste modo políticas públicas de cultura, deve ser um importante meio de combate as desigualdades, tendo em vista o município ser o “lócus” ideal e amplo no campo cultural. Pois, existem variadas formas de manifestações e expressões da cultura popular e tradicional, em comunidades, indígenas, afro-brasileiras, cultura urbana.

O poder executivo e a unidade da federação gestora da cultura do município, e os mecanismos legais são coordenados e orientados pelo Ministério da Cultura. Para tanto carece seguir alguns passos fundamentais como a Adesão, que é a primeira fase de integração ao SNC, onde o ente da federação (união/município) manifesta sua vontade em ser parte

integrante e atuante do Sistema Nacional de Cultura, Após a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa, será encaminhada para efetivação da adesão. Institucionalização é a segunda fase de integração do ente federado ao SNC. O ente federado deve iniciar o processo de institucionalização do seu próprio Sistema Municipal de Cultura, uma vez aprovado e sancionado pelo poder executivo local, deve ser publicado no diário oficial:

O art. 216-A da Constituição Federal, o Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade. O SNC é organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 2012).

A Implementação é a terceira e última fase de integração do ente federado ao SNC. É o sistema de cultura em pleno funcionamento, com acompanhamento e engajamento do Órgão Gestor de Cultura em parceria com a sociedade que acompanhará o efetivo funcionamento sistema de cultura local e seus componentes. Deste modo sem a estruturação não há desenvolvimento da cultura.

2.2 A Constituição Federal Brasileira e os direitos culturais

É bem explícito no Artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), na seção de cultura, onde tratam com clareza dos direitos culturais – “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” –, a Constituição bem como a UNESCO, órgão das Nações Unidas responsáveis pela cultura, tem demonstrado a importância dos entes federativos reconhecerem a necessidade de elaborar um inventário dos direitos culturais, a constituição brasileira nos garante os direitos culturais. O órgão mundial UNESCO constitui um grupo de intelectuais para elaboração de uma declaração específica sobre os direitos culturais. No Brasil somos regidos pela lei maior a carta magna (CF/88) que prever os direitos aos bens e a produção cultural de forma que:

Os direitos ao acesso e à difusão estão citados no Artigo 215: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, (BRASIL, 1988).

O direito à identidade e à diversidade cultural, são garantidos por lei, resta os entes federados, partindo dos municípios proteger seu próprio patrimônio a ponto de implementar políticas públicas de cultura, possibilitando a difusão e fomento, e não a deterioração e mesmo o desaparecimento do bem cultural.

A abordagem visa atrelar os benefícios que as políticas públicas de cultura, podem trazer para sociedade e quais as dimensões que podem ser alcançadas para o desenvolvimento humano, dentro de uma perspectiva que as políticas públicas de cultura quando implementadas podem contribuir para a redução das desigualdades e consequentemente o crescimento intelectual da sociedade.

Deste modo a cultura é um componente estruturante da Constituição Federal de 1988, que dialoga com governo local a ponto de implementar a política pública de cultura no município. De acordo com o Ministério da Cultura há 2.632 municípios brasileiros que aderiram ao SNC – Sistema Nacional de Cultura, além do Distrito Federal. Portanto, representa 47,24% do total. Somente no ano de 2018, foram 88 adesões, que já abrange 165,5 milhões de habitantes. Mesmo com o grande crescimento de adesões ainda é um gargalo a ser superado pela maioria dos municípios.

2.3– Por uma Política Cultural para o Desenvolvimento local

É preciso retratar concomitantemente à relação da cultura para o desenvolvimento social a categoria pobreza, se de fato podemos categorizar. O objetivo deste tópico é apresentar a relação da pobreza (pobre), com as especificidades conceituais existentes para definir os pobres em meio a uma gama de classes.

O termo pobreza vem sido estudado ao longo dos anos com maior ênfase por diversos pesquisadores, especialistas e sociólogos, como Telles, Castel, DaMatta afim, de entender os significados, sua origem e casualidade bem como a permanência no risco social. Segundo DaMatta, a sociedade medieval percebe a pobreza como uma condição humana de extremas dificuldades, porém não há um período exato que iniciou a existência de pobres no mundo, “Nesse mundo hierarquizado, interdependente e relacional, o destituído era o pobre de Cristo: aquele que conferia valor e honra ao rico” (DAMATTA, 1994, p.15).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o Brasil tem atuado de forma constante no processo do desenvolvimento humano sustentável, o crescimento do país e o combate à pobreza, os resultados são em virtude dos esforços conjuntos. As reflexões sobre os desafios se fortaleceram a partir de 2003, no governo Lula o Brasil se intensificou ações no processo de combate à “pobreza”. Tais ações, que visam reduzir as desigualdades sociais existentes no país, principalmente em relação aos países de primeiro mundo, como os europeus, que identificaram tais causas. Segundo Tocqueville, a pobreza aparece como concepção relativa à riqueza. Para Paugam (2005), citado em Oliveira (2011), Tocqueville

“deu provas de um relativismo cultural, capaz de compreender a pobreza relativa, sempre comparada com o estado da sociedade como um todo”.

Para Telles (2009. p. 37), a “questão Social” é o termo originário dos países ocidentais principalmente no período da revolução industrial e consequentemente do capitalismo financeiro, Telles (2009), citado em Oliveira (2011), reafirma que a pobreza é oriunda da “miséria do trabalhador fabris”, desta forma essas causas sociais podem ser classificadas como fator individual, gerado por problemas com drogas, álcool e por famílias numerosas, o negro e o mestiço.

As relações entre estado e pobreza sempre caminharam juntas desta forma os órgãos de assistência e as políticas sociais, são fundamentais para manutenção do “status quo”, afim, de manter a ordem e não permanecendo a calamidade pública, e assim garantia dos “mínimos sociais” como aqui no Brasil criou-se a Bolsa Família com o objetivo básico de garantir a promoção da intersectorialidade, o mínimo de dignidade humana e forma indutora na produção de agendas e políticas locais. Deste modo Telles reforça que:

Assim, dentro da tradição sociológica, pode-se identificar duas linhas principais de interpretação da desigualdade social na Modernidade ocidental: a visão de Tocqueville sobre o triunfo da igualização, com o declínio de ordens e castas e com o surgimento de desigualdades decorrentes da ação de indivíduos, iguais por nascimento; e a visão de Marx e de Simmel, segundo a qual as desigualdades entre as classes sociais seriam inerentes ao capitalismo, portanto parte constitutiva das sociedades modernas. (TELLES, 2009, p.36)

Dentro de uma perspectiva de inclusão social o Brasil tem alcançado evolução no que se refere à pobreza, principalmente a categoria mais extrema que atinge a população. A busca pela igualdade social de um país sempre está embasada em alcançar um novo patamar, ou seja, que a sociedade alcance riquezas suficientes para quebra de paradigmas, e com isso alavancando o crescimento do país e reduzindo a taxa de pobreza em todos os indicadores.

Segundo o especialista e economista Marcio Pochmann, citado por Oliveira, (2011, p. 59), o Brasil “pode mesmo chegar a superar a pobreza extrema na segunda metade da segunda década do século XXI”. Nessa perspectiva permitindo que o país avance com maior rapidez e possibilitando o alcance das “economias desenvolvidas em torno do estado de Bem-Estar Social”. É preciso destacar que é “importante no momento explicitar os indicadores e classificação de pobreza existentes no Brasil, a “extrema”, menos extrema” e “absoluta”. Outros países europeus como Portugal e Espanha já fizeram em outra época, tendo em vista que a referência na ocasião era a Inglaterra, que tinha maior nível de desenvolvimento e riqueza.

Telles, (2006, p.78) apud Oliveira, (2011.p.51) reforça que no Brasil não existe uma “linha oficial de pobreza”, o fato é que “vão se virando nas franjas do formal e informal, entre a sucessão de trabalhos incertos e desemprego recorrente”. Daí gerando diversos fatores que encadeiam a pobreza podendo ser a extrema ou absoluta, muitos se encontra em situação de rua ou ainda em moradias improvisadas. Os pobres são as classes baixa segundo a autora, ao acentuar a situação de destituição, também se ressalta sua desvalorização, já que os pobres são descritos como aqueles que não têm nome, não têm rosto, não têm identidade, não têm interioridade, não têm vontade etc. Todos esses termos para caracterizar o pobre nos reforçam a ideia de uma pobreza imensa e absoluta:

O debate nacional seguiu centrado na questão racial, mesmo após a abolição e a proclamação da República, a pobreza sendo sempre uma coadjuvante ou uma decorrência da mestiçagem das raças antagônicas. A partir de 1930, três grandes obras influenciaram de forma decisiva a interpretação sobre o Brasil: *Casa-Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*, cujos autores irão denunciar o preconceito racial, irão valorizar, criticar os fundamentos patriarcais e agrários de nossa sociedade, apresentar o homem cordial etc. (OLIVEIRA, 2011, p. 38-39).

Dentro destas perspectivas de absoluta pobreza o Brasil, precisa melhorar ainda mais as políticas sociais como o bolsa família, e que chegue de fato aos miseráveis, já que a política econômica cresce a passos lentos, tornando os pobres cada vez mais dependentes das políticas compensatórias, que compreendemos ser excludentes.

A política pública de cultura quando implementada pode tornar-se um meio importante para oportunizar o acesso aos bens culturais, bem como chegar as classes menos favorecidas e consequentemente contribuir para a diminuição da pobreza. Aqui no Brasil, temos a premência de reverter o processo de exclusão, da maior parcela da população gerando oportunidades e acesso ao consumo, bem como criações culturais, consequentemente o desenvolvimento, econômico e sociocultural.

O PNC - Plano Nacional de Cultura 2010, é uma importante ferramenta tem por finalidade princípios e objetivos, nortear as diretrizes das políticas culturais, e tratar as metas proporcionando a atualização para gerar o “desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais”. O plano visa à ampliação do acesso a cultura sendo considerada como um “fenômeno social” e “humano” que abrange um leque de possibilidades:

Sob o ponto de vista econômico a cultura pode ser compreendida de três formas: (1) como sistema de produção, materializado em cadeias produtivas; (2) como elemento estratégico da nova economia (ou economia do conhecimento); e (3) como um conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compartilhar modernização e desenvolvimento humano. No primeiro sentido, o bem cultural, como qualquer outra mercadoria está sujeito a um processo sistêmico que envolve as fases de produção, distribuição e consumo. Adotar essa perspectiva se justifica na medida em que é possível constatar que a cultura vem progressivamente se transformando num dos segmentos mais dinâmicos da economia e fator de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL, 2011, p. 35)

Santiago (2013) reafirma que o desenvolvimento em um ponto de vista, seja ele social, cultural, econômico ou humano, não requer uma limitação, porém em uma ampliação do campo de pensamento a ponto de alcançar o “espiritualismo” quando tratadas outras relações como física, intelectualidade ou mesmo emocional. A autora conclui que todas se complementam e que são importantes para o desenvolvimento de forma geral:

Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura, em abertura do I Fórum Cultural Mundial, em São Paulo/2004, traduz bem nosso pensamento: “há pouco tempo, aliás, julgava-se necessário adjetivar a palavra desenvolvimento: ora falava-se de desenvolvimento econômico, ora falava-se de desenvolvimento social, de acordo com a ocasião e o público. Abordava-se também o desenvolvimento cultural, mas só nos círculos restritivos da reflexão antropológica. (SANTIAGO, 2013, p. 31).

O desenvolvimento social estar relacionado diretamente com os direitos humanos, porque coloca no centro a humanidade. Nesta perspectiva os princípios do ser humano devem ser ampliados com o propósito de torná-lo capaz de conviver com a diversidade. Portanto ao tratar de desenvolvimento social em plenos processos evolutivos e ainda submetidos às complexidades no processo de aceleração e transformações do mundo, requer ações concretas e proposições de estratégias políticas que possibilite o desenvolvimento humano, como pleito e é de fundamental importância os direitos culturais, que por sinal ainda se posicionam como insuficiente.

Para tanto tornar-se necessário a implementação de políticas públicas locais, com objetivos próprios de fomentar e financiar a cultura do município, o governo federal tem avançado, porém os municípios não têm acompanhado na mesma proporção, andando meio que na contramão ocasionando situações adversas. Deste modo a gestão, promoção e regulação desse direito fica a mercê arbitrariamente por falta de implementação, bem como pelo interesse de governantes na instância municipal, portanto não recebem verbas específicas que possibilite o incentivo, fomento e a difusão dos bens culturais.

Capítulo 3 – O Poder público local numa perspectiva cultural

3.1 – O município de Luziânia e seus aspectos culturais

Em 06 de dezembro de 1746, D. João V, rei de Portugal, conseguiu do papa Benedito XIV, pela bula *Condor Lucis Aeternae*, a criação da prelazia de Goiás, subordinada administrativamente à capitania de São Paulo e religiosamente ao bispado do Rio de Janeiro. Segundo Luiz Palacim (1972) e assim surgiram as cidades de Luziânia, Planaltina e Formosa.

O município de Luziânia foi constituído sobe égide da exploração, assim como vários outros municípios goianos o Arraial de Santa Luzia, as correntes exploratórias em evidencia e percorriam todo o território nacional em busca eminente de encontrar riquezas para fortalecer a coroa. A segunda metade do século XVII foi um período de intensa busca e exploração.

Segundo Meireles (1960) a fundação do Arraial de Santa Luzia se deu no dia 13 de dezembro de 1746, e seu fundador foi o sertanista Antônio Bueno de Azevedo, designado da então Paracatu – Estado de Minas Gerais.



Figura 1 – Cruz do descobridor (2018).
Foto: Acervo Casa da Cultura

Por tempos percorreram aproximadamente 140 km, até alcançar as margens do rio são Bartolomeu, montando acampamento na região conhecida como Riacho Frio, e consequentemente chegando às margens do rio vermelho nele encontrando grande quantidade de ouro, era 13 de dezembro dia de Santa Luzia, desse modo fincou a cruz do “descobridor” (Figura 1) para demarcar a conquista, o lugarejo passou a ser chamado Arraial de Santa Luzia.

E assim foi motivo de muita alegria ao bandeirante Antônio Bueno de Azevedo, que passa a ser conhecido na freguesia, Joseph de Melo Álvares descreve que Bueno ao chegar às margens do riacho que corta ao meio a cidade:

[...] chegando a 13 (de dezembro) à praia de um lindo riacho, mandou lavar uma pouca areia corrida, cuja vista lhe agradou, a tamanha foi a quantidade de ouro que brilhou ante seus olhos ávidos e ambiciosos que, por momentos, desvairou-se-lhe a razão inteligente e esclarecida. Duvidando do que viu a apalpou, mandou Bueno repetir a operação uma e muitas vezes, e tanto ouro em granitos e palhetas cobriu o fundo da espaçosa bateia, que o ilustre paulista, grato e reconhecido, baixando os joelhos à terra e elevando as mãos ao céu, agradeceu, comovido, a graça que Deus houve por bem fazer a ele, a seus companheiros e a sua família, e invocando a Santa Luzia, essa heroína do cristianismo que se privou dos olhos do corpo para melhor gozar dos olhos do espírito, suplicou-lhe para que, em honra do dia em que è comemorada, aceitasse o padroado da povoação que ele ia fundar sob os auspícios de seu glorioso nome. (ÁLVARES, 1979, p.13).

Deste modo as terras de Santa Luzia atraíram diversos garimpeiros de toda parte do Brasil, atingindo mais de 10 mil pessoas em menos de um ano também afirma o historiador.

Tempos depois garimpeiros e demais, submeteram ao trabalho agrícola tendo em vista a escassez do ouro já no ano de 1804, e pela diminuição da mão de obra “escrava” por mortes e do envelhecimento, e os donos das “fabricas de escravos” passaram a se interessar pelo comercio que compreendiam “secos e molhados” com estas ações mantinha os fazendeiros e proprietários de engenhos.

A região tornou-se produtora de um dos maiores rebanhos de bovino do país. Tempos depois se consolidando como grande produtor de grão, a saber: soja e milho, para Neto, a modernidade chega com as novas tecnologias deixando de lado “as peculiaridades da sociedade goiana, indelevelmente marcada por suas raízes rurais”. Neto, (2010, p.20).

O município atualmente conta com uma população de 174.531 mil habitantes, em uma área de 3.961,1, densidade 44,06, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - (IBGE, 2010) com uma renda per capita, PIP – Produto Interno Bruto na ordem de 2 (dois) bilhões de reais, tornando-se assim a cidade que compõem a RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno com a maior renda per capita depois de Brasília.

O Marco Histórico pode ser distinguido como um evento, um acontecimento importante para a história, ou seja, algo que de fato marcou a história, de um lugar ou pessoas, e é por isso que utiliza-se o termo "marco". Como poderíamos mencionar vários no Brasil e em outras partes do mundo. É inegável que os marcos que deixaram a sua marca na nossa história e que nos guiam, inevitavelmente, em direção ao futuro.

Luziânia uma cidade com seus 272 anos de existência, não seria diferente tendo em vista a sua fundação em um período colonial em pleno século XVII, marcos histórico são componentes da historiografia da localidade. Dentre vários eventos ocorridos nas terras de Santa Luzia, a demarcação do “Quadrilátero Cruls” foi emblemática, que no primeiro momento cumpre-se uma determinação presidencial. O então presidente Floriano Peixoto atendendo a Constituição Federal de 1891. No ano de 1892 designou o Tenente Coronel a Luiz Cruls (1848 -1908) para chefiar a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, composta por 22 membros partindo do Rio de Janeiro, a expedição teve uma duração de 18 meses. No período realizou diversas pesquisas e demarcou o “Quadrilátero Cruls” como ficou conhecido foi um sucesso, em um momento Luiz escreve dizendo que “Não conviria, pois, procurar dar àquela imensa região a vida que lhe falta?” Cruls, (2010, p.10). Por gostar tanto do trabalho ora realizado por Cruls mais uma vez o presidente Floriano Peixoto o designa retornar em junho 1894, para realizar novas pesquisas. Pois, para o presidente Floriano Peixoto fez mais do que "cumprir" o que determinava a mudança da capital, sem fixar prazo ou urgência, porém inadiável a instalação da capital federal para o Centro-Oeste. Deste modo o município de Luziânia cedeu parte da área territorial para cumprir a determinação constitucional:

Em 1892, o Congresso aprovou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, formada pelo engenheiro belga Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e outros 21 membros, entre cientistas, técnicos e militares [além de um "contingente de militares", citado apenas por Mourão]. Segundo um dos participantes, Floriano Peixoto lhes garantiu mudar a capital ainda em seu mandato (1891-1894), nem que tivesse de instalar o governo em barracas de campanha. <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Cruls.shtml>

A escolha deu-se em virtude da localização privilegiada, por ser um dos pontos mais altos do nível do mar, e pelo seu posicionamento no centro geográfico do país.

No dia 21 de Abril de 1960 a cidade de Brasília foi inaugurada como capital do Brasil. Apesar de ter sido idealizada na primeira Constituição da República, de 1891, a construção de Brasília só ocorreu na gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961), sendo a meta síntese do seu famoso Plano de Metas. Com o lema “Cinquenta anos em cinco”, Juscelino Kubitschek.

Para Luziânia a inauguração da capital federal, trouxe divisas e renda, como também problemas como a ocupação desordenada, especulação imobiliária, e falta de infraestrutura no que tange a mobilidade urbana, saneamento básico, saúde etc. Outro fator degradante foi o crescimento da agroindústria, ocasionando problemas ao meio ambiente e as bacias hidrográficas da região. Um dos fatores foi miscigenação ocorrida nos anos 80, originário principalmente das regiões Sul e Sudeste. O cerrado tornou-se alvo de exploração sendo adaptado para cultura da soja, tomate, milho, algodão, trigo e a agropecuária.

Todavia o Distrito Federal – Brasília tornou-se referência no mundo todo como uma cidade moderna e traços inigualáveis, com uma arquitetura imponente e por estas e outras características recebeu no dia 07 de dezembro de 1988 o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, conforme decreto nº 10.829 do então Governador José Aparecido incluída em uma seleta lista de bens do Patrimônio Mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO; Figurando como único bem contemporâneo a receber a titulação.

De fato, Brasília foi erguida sobre a égide do modernismo, porém, como tudo neste mundo “moderno” do qual estamos submetidos precisamos de preparo para receber e fazer crítica. Nesta perspectiva a nossa capital Brasília não ficou de fora, quando sociólogo americano Marshall Berman, em sua obra “Tudo que é sólido desmancha no Ar - A Aventura da Modernidade”, o autor em visita ao Brasil no ano de 1987, fez críticas, quanto ao modelo da construção de Brasília em sua percepção de “modernismo”, foi totalmente contraditório do que tinha ouvido antes, colocou como equivocado a ideia do projeto arquitetônico de Niemeyer e do urbanista Lucio Costa, ambos esquerdistas.

Segundo o Sociólogo Americano o modelo era realmente belo e “fascinante” quando olhado de cima para baixo, já a “nível do chão” era realmente distante e “inóspita”. Pois, partindo para uma situação prática tudo parecia distante de todos, e a impressão que tive era de um distanciamento muito grande entre o povo e seus governantes. E se a ideia era construir o centro do poder do país, devirá ser oportuno o acesso por todos.

Na sua concepção o projeto da capital “Brasília talvez fizesse sentido para a capital de uma ditadura militar, comandada por generais”, que por ironia ou não do destino acontece em quatro anos depois da inauguração da capital, que dura de (1964 – 1984), desta forma o modelo faria sentido. Para perceber o Brasil como um país “democrático” não distanciando do povo e que os cidadãos e cidadãs pudessem expressar seus desejos, haveria necessidade de mudanças urgentes no modelo de governo.

Niemeyer em resposta a Berman disse “Brasília simbolizava as aspirações e esperanças do povo brasileiro, e qualquer ataque ao projeto da cidade era um ataque ao povo brasileiro”. Desta forma o autor concordou que talvez o Niemeyer estivesse correto, pois, “Brasília de fato representava as esperanças do povo brasileiro, em particular seu desejo de modernidade”. Neste sentido Berman reforça que:

Esse problema é particularmente crucial para um modernismo que impede ou hostiliza a mudança – melhor dizendo, um modernismo que busca uma única grande mudança, e depois não aceita mais nenhuma. Niemeyer e Costa, tal como Le Corbusier, acreditavam que o arquiteto moderno deve usar a tecnologia para concretizar certas ideias, clássicas, eternas. Se isso pudesse ser feito na escala de uma cidade inteira, ela seria perfeita e completa; suas fronteiras poderiam se estender, mas ela jamais deveria se desenvolver a partir de dentro. (BERMAN, 2001 p.14).

Não se distanciando da era contemporânea a nossa capital Brasília obteve uma das maiores taxas de crescimento populacional no Centro-Oeste nas décadas de 1960 e 1970, já nos 1980 reduziu este crescimento. Passando a ser alvo de fluxos migratórios que foram canalizados para o seu entorno Luziânia obviamente, que passou a receber migrantes de todos os estados brasileiros. Principalmente da região nordeste e do estado de minas gerais.

Diante da velocidade do crescimento da capital federal também voltou a crescer nos anos seguintes a partir de 1990. Surgiram diversas invasões nas cidades satélites, especulação imobiliária em áreas destinadas a agricultura e hortaliças. O então governador Joaquim Roriz foi considerado o pai dos pobres, por ceder lotes em quase todas as cidades satélites de Brasília. Desta forma Neto afirma que:

Atualmente, em todas as regiões goianas, a revolução no campo quase tudo modificou e transformou nesses últimos 50 anos e a paisagem natural praticamente desapareceu. Essa paisagem nova é fruto de um processo histórico de ocupação e povoamento do espaço que, lento no início, se acelerou na última metade do século que terminou (NETO, 2010, p. 37).

Outras cidades de Goiás como Goiânia e Aparecida de Goiânia, cresceram muito a partir de 1960 por ser a capital do estado e seu entorno. O município de Luziânia inchou de forma assustadora e com esse fator o descontrole, infraestrutura precária, falta de políticas públicas e investimentos. Nesta perspectiva iniciou-se um processo de desmembramento de distritos, como Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo, Planaltina, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Águas Lindas de Goiás, que em seguida receberam o título de cidade dormitório, pois, boa parte da população destas novas cidades trabalha em Brasília. Luziânia se destaca em relação à maioria dos demais municípios ficando atrás apenas da capital federal.

O Plano Diretor da cidade de Luziânia (2006) trata em seus artigos temas como a proteção, conservação e “preservação do Patrimônio Cultural do Município”. Pouco tem sido feito para conservar tais bens materiais e imateriais. Atualmente existem 29 casarões do século XVIII tombado pelo IPHAN que se mantêm de pé, apesar de partes deles já perdeu suas características coloniais quase que por completo, novas construções privadas e espaços públicos com arquitetura moderna essa são a realidade local. Sabemos que as mudanças ocorrem de forma assustadora, com uma dinâmica intensa, acompanhar e gerenciar o espaço terrestre torna-se muito difícil diante do avanço assustador da ocupação do espaço.

A cidade de Luziânia tem sido destaque em diversos aspectos, como um dos grandes produtores de grãos como já mencionado anteriormente, o que gostaria de chamar a atenção agora é as estatísticas de violência que a cidade tem submetido nos últimos anos, com o título de uma das cidades brasileiras com maior índice de violência, desta forma os governos nas instancias federal, estado e municípios bem como toda a sociedade civil precisam urgentemente ter um olhar diferenciado para cidade, a ponto de buscar mecanismo que vise à mudança significativa deste quadro negativo.



Figura 2 – Visão área da Cidade de Luziânia – (2016).

Foto: Benilton Sampaio

O papel do município (Figura 2). É bastante relevante, pois, cabe ao mesmo ser o facilitador e fomentador, possibilitando a geração e a produção de bens e serviços, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e social. Esse desenvolvimento é possível desde que haja uma articulação dos governantes, e que a políticas publicas de cultura, cheguem às

idades e se implementadas podem alcançar um novo modelo de desenvolvimento social, e assim formando cidadãos capazes de viver em uma sociedade educada, passiva e não violenta. Essas ações requerem que formulem estratégias para que ocorra o crescimento e atuação ampla no campo da cultura.

3.2 – Diversidade Cultural do Município de Luziânia

Festividades da Cidade de Luziânia

A Festa do Divino Espírito Santo conforme consta registro no Livro do Tombo do Santuário de Santa Luzia, e pelo Historiador Álvares que descreve sobre as festividades do divino, Instituída pelo então Padre Doutor Jeronimo Moreira de Carvalho, pároco da época, em 18 de maio de 1753 a festa do Divino Espírito Santo. Foi criado o sorteio com o título de Imperador saindo sorteado o menor Paulino, filho do furriel Albino Teixeira Pinto. Segundo Álvares, (1979, p.39)

A Festa de Pentecostes, foi celebrada com toda a pompa e magnificência, em 1773 tanto na parte religiosa como na profana.

A festa do divino é realizada todos os anos em dois espaços, as novenas na igreja matriz de Santa Luzia e a parte social no centro comunitário, onde ocorrem os leilões, bingos, barraquinhas e encontro das famílias e publico em geral. Portanto a folia de rua acontece na sexta feira, antevéspera do dia de Pentecostes, data em que se dar o encerramento dos festejos do Divino Espírito Santo. Neste dia pela manhã sai às ruas vários grupos com bandeiras e procuradores com uma capanga fazendo visitas, adentrando nas residências e passando com a bandeira nos cômodos da casa ou comercio, neste instante o visitado faz uma oferta espontânea de donativos ao divino. Após a visita todos retornam ao centro comunitário onde fazem a entrega das ofertas ao procurador da festa, em seguida é servido o almoço a todos os foliões, festeiros e população em geral que atinge mais de 2 mil refeições. Por volta da treze horas após o encerramento do almoço o cortejo se prepara para realizarem a tradicional folia de rua, neste momento já se encontra o carro enfeitado e com uma grandiosa pomba do divino sobre o carro alegórico que representa o Divino Espírito Santo.

Origem e Significado da Festa do Divino Espírito Santo

Conforme descrito no portal eletrônico da Diocese de Luziânia a tão conhecida festa do Divino Espírito Santo é antiga tanto quanto o próprio cristianismo. Seu nome litúrgico é “Festa de Pentecostes” que tem origem grega e que por sua vez significa “cinquenta dias”. As comunidades Judaicas, na época de Jesus, costumavam celebrar festejos como meio de

agradecimento pelas colheitas realizadas com total sucesso, e que por acaso ocorriam cinquenta dias após a Páscoa. De acordo com a Palavra, Jesus enviou sobre os Apóstolos o Espírito Santo, e dessa forma, cheios de animo do Espírito Santo, os Apóstolos passaram a pregar de forma corajosa a Boa Nova de Jesus Cristo, Senhor e Salvador. O texto que se encontra no Livro dos Atos dos Apóstolos, traz a presença e a efusão do Espírito Santo e dos Dons concedidos por Ele aos Apóstolos e da realização da Nova Aliança selada por Deus em Cristo. A plenitude da ação do Espírito Santo nos corações dos fieis é vivenciada em forma de Sete Dons: Entendimento, Ciência, Sabedoria, Conselho, Piedade, Fortaleza e Temor a Deus.

A Festa propriamente dita foi instaurada no calendário da igreja no Século XIII. Aqui no Brasil chegou junto com a colonização e firmou-se por meados do século XVII. O evento passa a ser não só uma comemoração da espiritualidade, mas também faz parte do folclore. Por tanto é inteiramente reflexo de nossa cultura, dentro da igreja Católica é representada em todos os lugares, porém no Brasil ganha forças e é grandiosamente frequentada por fieis, nas cidades do estado de Goiás: Luziânia, Formosa, Trindade, Aparecida de Goiânia entre outras.

Símbolos do Divino Espírito Santo

Bandeira: É por meio da bandeira que a fé e a religiosidade são representadas e levadas por toda cidade (ruas e casas). A cor vermelha aparente nas flores, andores, paramentos e arranjos da igreja é o sinal do amor de Deus e também representa o sangue dos mártires.

Pomba: Mensageira e possuidora dos Sete Dons, que passa a representar o Divino Espírito Santo e da paz que é transmitida por meio d'Ele. A imagem da pomba que o representa possui sete raias ou sete fitas.

Fogo: É um símbolo bíblico, que pode ser entendido pela reunião feita pelos Apóstolos e Maria no Cenáculo, quando sobre eles vieram línguas de fogo, estabelecendo assim o dia de Pentecostes. (Atos – 2)

Água: A simbologia da água faz referencia a pureza, a vida, ao renascimento. O Espírito Santo é a “água viva” descida do céu para nos lavar e purificar. A água também tem a ideia da imensa e pura misericórdia divina.

O Espírito Santo é a terceira Pessoa da Santíssima Trindade, mistério de fé, insondável e magnífico de **Deus-Pai**, que criou o universo por puro amor, **Deus-Filho** que se despojou da glória de ser Deus, para nos livrar de nossos pecados e da morte eterna e **Deus-Espírito Santo**, o Consolador, Abrasador e Santificador, que Deus concede após purificar nossos

corações. Os dons que o Espírito Santo nos concede são para praticar a vontade de Deus em nossa vida e nos guiar para a Santificação. Desde o nosso batismo somos portadores desse Espírito Santificador, que procede do Pai e do Filho.

Oração ao Divino Espírito Santo

“Vem, Espírito Santo, renovar a minha, vida despertar todo meu ser, para as maravilhas de Deus. Acende o teu fogo espiritual em meu coração e dai-me a graça de vivera vida nova dada por Jesus. Queima o pecado e as fraquezas; cura-me das minhas tristezas e decepções; Ensina-me a cada dia enfrentar as provações, e nunca pagar o mal com o mal. Enfim, inunda-me a cada dia com o teu poder para que cresça em mim, a cada dia, a vida sobrenatural” **Amém.**



Figura 3 – Chegada do cortejo à Igreja Matriz – (1950).

Foto: Acervo Casa da Cultura – Ru Carneiro



Figura 4 – Encontro cruza das bandeiras (Anos 2017).

Foto: Stúdio Roberth



Figura 5 – Comemoração dos fieis – encontro das bandeiras (Anos 2017).

Foto: Stúdio Roberth

Neste instante os pousos já foram definidos previamente, seguem de casa em casa, em procissão passando pela Igreja do Rosário, e segue por várias casas até chegarem à igreja matriz ao anoitecer por volta das 18 horas, onde ocorre um momento impar das festividades que é o encontro das bandeiras (Figuras 3, 4 e 5), os dois Alferes vindos de diferentes pontos cruza as bandeiras. Momento esse celebrado com uma grande queima de fogos e cascata que desce sobre a torre da matriz. Dando prosseguimento às festividades segue o cortejo adentrando a igreja os festeiros, imperador, procurador da sorte, rei e rainha, capitão do mastro. Por fim é celebrada a santa missa. No sábado ocorre o levantamento do mastro dirigido pelo capitão do mastro, em volta fogueiras e saudado com fogos de artifícios. No domingo ocorre a Missa de Encerramento onde são feito os agradecimentos aos festeiros e também é realizado o sorteio dos próximos festeiros para o ano seguinte:

Tempos antigos: Novenário, folia de rua, na sexta-feira da semana da festa. Procissão para a igreja do Rosário, com as bandeiras do Divino. N.S. do Rosário e de São Benedito. No sábado, levantamento do mastro, na praça da matriz, com fogueiras acesas e fogos de artifício. Banda de música. Duelo pirotécnico entre o imperador e o capitão-do-mastro. Lauto jantar, na casa deste. Domingo, procissão com o imperador. Banda de música. Missa cantada. Sorteio de novos festeiros para o ano seguinte. Baile. Representação teatral. Dramas e comédias. Alguns imperadores faziam cavalcadas. Banquetes na casa do festeiro, com lutas mesas de comidas, doces, e bebidas. Na atualidade, há somente a parte religiosa, sendo extintas as festas profanas. (REIS, 1978, p.13).

Além dos castelos de fogos artificiais, cavalcadas carros e danças diversas, foram lavadas ao cenário 02, comédias de gosto, e a tragédia Ignez de Castro, a produção admirável, a verdadeira glória do Horácio Português Antônio. A festa era precedida de um bando peditório a que deram o nome de Folia que perdura até hoje, montado em cavalos bem

enfeitados percorrendo toda a zona rural dividida em bairros. Na atualidade a parte profana não é executada.

A parte profana da Festa do Divino Espírito Santo já se perdeu ao longo dos anos, para fins de registro a Cavallhadas que é uma celebração de origem portuguesa, que é parte integrante dos festejos da divindade, sua origem surgiu nos torneios medievais, onde os aristocratas exibiam em espetáculos públicos a sua destreza e valentia. O norte de Portugal local onde mais se resistiu à invasão moura. Dai surge à rixa entre mouros e cristãos. No Brasil esta representação dramática foi introduzida, com autorização da Coroa, pelos Padres Jesuítas, com objetivo de catequizar os gentios e escravos africanos, mostrando nisto o poder da fé cristã. Em Luziânia encontra-se relato de cavallhadas em artigo do HISTORIADOR Gelmires Reis desde 1819, com a presença de Augusto Saint-Hilaire um historiador Francês em visita a região, e a última vez em maio de 1913 organizada pelo imperador do Divino Herculano de Campos Meireles, no lago da Matriz. Somente em maio de 1999 por iniciativa do Pároco Pe. Rubens Sodré Miranda, e apoiado pela Prefeitura Municipal de Luziânia, e organizada pelo Rei Mouro Osman de Araújo Roriz, e o Rei Cristão Edson Braz foi reintroduzida na cidade à manifestação das cavallhadas na cidade. Vindo a ser executada por 9 (nove) edições consecutivas, vindo a ser descontinuada novamente no ano de 2007 a manifestação folclórica na cidade de Luziânia, que segundo relatos por falta de apoio e incentivo.



Figura 6 – Rei Cristão e Rei Mouro – Cavallhadas (2005).

Foto: Acervo Casa da Cultura Rui Carneiro



Figura 7 – Embaixador Mouro (1999).



Figura 8 – Soldado Cristão (2000).



Figura 9 – Iniciando a Batalha (2005).

Foto: Acervo Casa da Cultura Rui Carneiro

A festa era executada com toda a pomba, as vestes características e indumentárias impecáveis, os cavalos também eram bem enfeitados. Motivada por novos conflitos religiosos, as cavalhadas representam a luta entre os cavaleiros vestidos de azul (cristãos) e vermelho os (mouros), armados de lanças e espadas. A nobreza é representada por reis, príncipes, embaixadores, etc., todos muito bem fantasiados com roupas de época. Os outros personagens mascarados representam o povo. As encenações duram três dias, sendo que em cada um deles, há uma nova batalha. No final, os cristãos vencem os mouros, que se convertem ao cristianismo. (Figura 6) o Rei Cristão Eduardo Carneiro e Rei Mouro Osman de Araújo Roriz ano de 2005. A (Figura 7) é o embaixador Valdo Meireles, (Figura 8) soldado cristão, já a (Figura 9) representa o início da batalha pelos reis Cristão e Mouro.

O historiador Luzianiense Gelmires Reis (1978) em seu almanaque sobre o folclore Goiano, narra características das festividades dos festejos do Divino e dos pousos de folias:

A folia é organizada da seguinte maneira: Alferes da Bandeira, como chefe; violeiros cantadores, encarregados das saudações e agradecimentos das esmolas; tesoureiro, encarregado da guarda do dinheiro recebido; cargueiro, encarregado do transporte de gêneros recebidos durante o dia; e foliões, que acompanha a folia, em todo seu percurso, em grande quantidade, competindo ao barraqueiro fazer a recepção condigna dos catapousos e dos elementos do bando visitante. A chegada ao pouso é caracterizada por intenso tiroteio, de parte a parte, até o barraqueiro receber do Alferes da Bandeira o “retrato”, que é colocado em altar florido, na sala principal da casa do sitio ou fazenda. Seguem-se as cantorias dos violeiros, pedindo a pousada. Depois vem o farto jantar de tutu de feijão, arroz, carnes de diversos tios, bebidas e doces. À noite reza-se o terço, para ter começo o arrojado catira, que se prolonga pela noite inteira, porque só o Alferes da Bandeira goza do privilegio de ter cama. Alguns foliões acendem fogo, no terreiro, para se defenderem do frio navalhante do mês de maio. (...) Areados os animais, há a despedida de agradecimentos dos violeiros, dentro da casa, com a presença de seu chefe e de seus familiares, ao lado do grupo que se despede, quando beijam a bandeira e a entregam ao Alferes. Segue a folia, então, o seu roteiro, cuidadosamente traçado, visitando as habitações da redondeza, onde todos são recebidos com salvas de tiros, foguetes e bombas, sendo servidos doces, biscoitos e frutas. Os violeiros pedem as esmolas e as agradecem, seguindo-se o cortejo até a hora da chegada em outro pouso marcado. Fazem parte do bando também os caixeiros, que rufam os seus instrumentos, com verdadeiro entusiasmo e maestria (REIS, 1978, p.11).

Os foliões da guia pedem o agasalho, cantando versos ritmados acompanhados de violas, rebecas e tambores. Na hierarquia dos foliões, existe o alferes da bandeira, o procurador das ofertas e os foliões de guia tratados com uma distinção especial. Grandes e gostosos banquetes são servidos para regalo dos foliões, como também dos chamados “cata-pouso”. Durante toda a noite fazem danças de catira, raposa enchendo de alegria os foliões e os cata-pouso.



Figura 10 – Saudação do Altar – Folia do Divino Faz. Ferraz (2010).
Foto: Acervo Casa da Cultura



Figura 11 – Folia Nossa Senhora da Abadia (2018).
Foto: Acervo Casa da Cultura

A (Figura 10), retrata a saudação do altar que é o segundo ato após a chegada da folia no pouso de folia, o que antecede é a saudação do cruzeiro que um momento impar, em seguida segue em procissão pelo arruamento até o altar geralmente montado na sala principal da casa. A saudação do altar nesta figura é executada pelos irmãos Jesus de Nazareth, Antônio de Pádua e José Benedito da Aparecida in-memoriam, em fazenda da região Ferraz – Município da Cidade Ocidental – GO.

Além da Folia do Divino Espírito Santo a cidade de Luziânia e cidades circunvizinhas mantem a tradição de girar a Folia de São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida e (Figura 11) que é a de Nossa Senhora da Abadia em giro no Centro de Cultura e Convenções, evento Semana do Folclore de Luziânia. A folia tem como Alfere Ney, a mesma gira há 36 anos entre as cidades de Luziânia e Cidade Ocidental.

Segundo Graça Veloso 2009, não existe registros exatos de quando a festa do Divino chegou ao Brasil, porém, a companhia de Jesus era bem presente e pode ter sido instrumento catequizador que a partir do processo de colonização a partir de 1530. Por outro lado José Ramos Tinhorão indica a presença das folias desde o descobrimento destas terras brasileiras. Deste modo é:

Necessário se faz registrar que, com o aumento do número de folias no município de Luziânia, e para não haver coincidência de datas entre os vários giros, este ciclo tem se alongado. Existem folias, ainda dedicadas ao Divino Espírito Santo, em calendário bem mais largo, como pude verificar na Fazenda Piancó, em julho, e na divisa do DF com Goiás, no lago Oeste, em agosto. Tanto o primeiro quanto o segundo grupo são formados por mais de duzentos foliões. Além disso, existe o fato de que, em alguns estados brasileiros, a festa do Divino é realizada em agosto. (VELOSO, 2009, p.70).

É importante mencionar que na atual conjuntura há uma diversidade de situações que variam de folia para folia e de pouso para pouso, as festas que ocorrem em alguns pousos são com músicas atuais, mesmo tendo a roda de catira ou raposa logo inicia um arrasta-pé. Importante ressaltar que vários donos do pouso não permitem festas por questões de segurança e também por achar que a festa tira o brilho da parte religiosa.

Festas religiosas

Desde o ano de 1747 ocorrem as novenas em homenagem a Santa Luzia, sempre no mês de dezembro na Igreja Matriz. A festa religiosa é seguida de uma programação social que envolve um leilão de gado, barraquinhas com comidas típicas e merece destaque o delicioso e famoso pão de queijo frito.

Festa em Honra a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Novenas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, acontecem sempre no mês de agosto no município de Luziânia. A festa religiosa é seguida de uma programação social que envolve leilões e barraquinhas. A novena foi iniciada no ano de 1763. Tempos atrás dentro da programação havia apresentação de grupos de congos e outras atrações originárias da cultura afro-brasileiras. Portanto já não acontecem as manifestações culturais há vários anos.

Festa de Nossa Senhora da Conceição

Novena em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, enxertada na zona rural de Luziânia desde o ano de 1903. Teve início pela família Braz onde até os dias atuais é coordenada por membro desta família. A celebração constitui como um espaço de sociabilidades, onde os Luzianiense se reúnem para tecerem seus laços sociais. Nesse ambiente, os se encontram para urdirem suas orações, reflexões e práticas religiosas. Além disso, a novena de Nossa Senhora da Conceição se evidencia como o lugar no qual os sujeitos praticantes do espaço se encontram para conversarem, dialogarem, estabelecerem seus laços de sociabilidades. Trata-se de uma manifestação religiosa e cultural praticada exclusivamente na zona rural, onde é realizado todos os anos o sorteio dos novenários, que muitos residem nas fazendas e outros na cidade, porém com origem da região que a tradição acontece. Há também outras novenas na zona rural como a de São Sebastião 21 de janeiro, Nossa Senhora Aparecida 12 de outubro, que a devoção se dar em virtude da fé e motivo de agradecimento pela colheita e fartura daquele ano.

Templos e monumentos religiosos

Segundo o Historiador Gelmires Reis a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi erguida pelos escravos no ano de 1753, há relato em artigos de Reis, que o hoje monumento e templo religiosos foi construídos pela mão de obra escrava e homens de cor, livres e escravos que trabalharam na construção mais de 400 homens. Sob a chefia do padre Doutor Antônio Jerônimo de Carvalho e o arquiteto Ignácio da Costa Xavier. É dedicada a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que são festejados anualmente depois das solenidades e festejos do Divino Espírito Santo. No seu interior especificamente no subsolo apresenta algumas curiosidades interessantes como: 87 sepulturas dos corpos de escravos que ajudaram na sua construção. Construção do século 18, tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual, Lei nº 8.915, de 30/10/1980:

Em 1720 vieram da Bahia as imagens de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em ombros de escravos. (século XVIII). A inauguração oficial da Igreja do Rosário se deu em 21 de outubro de 1763, iniciando-se desde então as solenidades festivas em honra à Nossa Senhora e São Benedito, padroeira dos negros.

Em 1772, a Igreja do Rosário foi considerada poluída pelo visitante, Dr. Antônio Pereira da Costa, residente em Pilar de Goiás. Dentro do templo encontram-se duas sepulturas dignas de atenção. A primeira próxima ao altar mor, que contem a seguinte inscrição: “28 de abril de 1875, aqui jaz D.C.C.P.B”, dona Cândida Coutinho Pereira Braga, esposa de Delfino Pereira Braga, tesoureiro da Igreja do Rosário. Até 1888, sepultavam-se os cadáveres nas igrejas, conforme provam campos numerados (piso da Igreja do Rosário), à vista de todos. Na sepultura de nº 09 repousa José Pereira de Souza, única pessoas executada por enforcamento em Santa Luzia (hoje Luziânia), no dia 30 de outubro de 1861.

<http://ong-protegerlza.blogspot.com/2013/07/igreja-do-rosario-luziania-go.html>

Assim como todo o Brasil a história cidade de Luziânia teve forte presença e influência da Igreja Católica, conforme descrito no portal eletrônico da Paróquia Santa Luzia. O marco inicial de Santa Luzia deu-se por uma modesta casa de oração localizada no topo de um morro às margens do garimpo e, ao seu redor, o arraial começou a se estruturar, seguindo ruas tortuosas e desordenadas pela ladeira do Rosário. O local dessa capela seria mais tarde onde a Igreja do Rosário seria edificada.



Figura 12 – Igreja N. Senhora do Rosário (2018).
Foto: Stúcio Roberth

Assim como ocorrido em cidades da mesma época, a primeira grande edificação construída na cidade foi a Igreja Matriz, erguida entre 1765 e 1767. No entanto, apenas a população branca podia frequentá-la. A presença africana na cidade era significativa e, portanto, Surge, então, a ideia da construção da Igreja do Rosário. (Figura 12). Pois, havia uma forte demanda e necessitava de templo religioso que abrigasse essa população.

A Igreja Matriz de Santa Luzia surgiu da necessidade de um templo religioso para as pessoas que aqui moravam. Um fato que contribuiu para esse acontecimento foi que, na época, os brancos tinham que fazer suas atividades separadamente dos negros, inclusive às atividades religiosas. A primeira missa, ainda nas minas de Santa Luzia, foi celebrada em 12/12/1746 pelo Padre Luiz da Gama Mendonça e teve a participação de 600 pessoas. Ainda no improviso, em 1753 é erguida a pia batismal e três anos mais tarde é instalado o Sacrário. O desenho da Igreja Matriz de Santa Luzia foi feito pelo português José Lopes da Silva.



Figura 13 – Igreja Matriz de Santa Luzia (2018).
Foto: Stúcio Roberth

Em 1765 tem-se o início da construção da Matriz de Santa Luzia (Figura 13). Mesmo inacabada, em 1767 a igreja é inaugurada e benzida com missa. No início a Igreja Matriz de Santa Luzia era de taipa de pilão e tinha duas torres, que foram terminadas em 1778. Recebeu o nome em homenagem o dia do descobrimento das terras de Santa Luzia em 13 de dezembro de 1746, por Antônio Bueno de Azevedo.

Equipamentos culturais

A Casa de Cultura Rui Carneiro é importante referencial na história de Luziânia, por abrigar um enorme e relevante acervo tanto de objetos antigos, material didático, objetos de familiares como é o caso do Historiador Gelmires Reis que possui uma sala memorial exclusiva para seus pertences. A casa conta parte da história de Luziânia os momentos marcantes como da Banda de Música Luziânia, dos Festejos do Divino Espírito Santo e Cavalhadas, das famílias tradicionais e carro de boi, monjolos, engenhos, rodas de fiar, tear, bateia, livros, artigos, e muitas outras peças catalogadas e em bom estado de conservação. Fica localizada na área central da cidade na Rua do Rosário – Centro Histórico, que ainda abriga alguns casarões do século XVIII. A casa é administrada pela prefeitura municipal, e aberta para visita e pesquisa, é mantido funcionários capazes e experientes, a guiar o visitante bem como dar as devidas informações sobre o acervo, assim como o verdadeiro papel do equipamento cultural para a municipalidade e também para história do país. A casa de Cultura foi fundada em 1980, com o objetivo de preservar a memória e a historicidade do município de Luziânia e região.

A tradicional Rua do Rosário, que liga o centro da cidade ao bairro do Rosário, bairro

este fundado inicialmente pela maioria de escravos, a rua ainda mantém seu papel social de abrigar as festividades da cidade, possui ainda alguns casarões em bom estado de conservação, porém, muitos se encontram em estado de abandono.



Figura 14 – Casa da Cultura Rui Carneiro (2013).
Foto: Stúdio Roberth



Figura 15 – Rua Rosário (2018)
Foto: Stúdio Roberth

Portanto diferentemente das ruas São Benedito e Rua José de Melo, onde quase todos os casarões foram derrubados ou em ruínas pelo descaso dos proprietários e pelo poder público (Figuras 14 e 15). Outros ergueram construções modernas. No final da Rua do Rosário na parte alta da cidade foi erguido no ano de 1763. A principal obra arquitetônica que

hoje é considerado o cartão postal da cidade a Igreja do Rosário tombada pelo patrimônio estadual no ano de 1980. A rua é um grande corredor cultural, atualmente acontecem às procissões dos festejos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e da folia do divino espírito santo, confecções dos tapetes do dia.

Centro Cultural – José Dilermando Meireles sede da Academia de Letras e Artes do Planalto – ALAP, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada no município de Luziânia e em pleno funcionamento desde o dia 13/12/1976, tendo por finalidade estatutária “a produção, levantamento e conservação do Patrimônio Cultural, Artístico, da Língua, Literatura, das Artes e das Tradições do Planalto Central do Brasil”. A academia foi fundada por ilustres 25 (vinte e cinco) personalidades da época, formada por intelectuais, artistas, políticos, professores, desembargadores, advogados, jornalistas, radialista, militar, médicos, juiz, tendo como seu Fundador José Dilermando Meireles, destaco as personalidades Gelmires Reis, e únicas mulheres Guiomar de Grammont Machado e Teresinha de Jesus Roriz Machado que fizeram parte da fundação da academia.



Figura 16 – Rua Rosário (2018).

Foto: Casa da Cultura



Figura 17 – Rua Rosário (2014).

Foto: Casa da Cultura

A Academia de Letras (Figura 16), é um importante equipamento cultural da cidade de Luziânia, possuem uma biblioteca com acervo que contam a história da cidade e região, seus acadêmicos intelectuais na sua maioria com várias publicações e com atuação nos movimentos culturais da região. Atualmente a academia é composta por 40 membros efetivos, e as reuniões são mensais (Figura, 17) com acadêmicos e o então Presidente Jarbas Silva Marques.

Quilombo Mesquita

As abordagens até aqui registradas são relevante para consolidação da pesquisa que propomos realizar. Portanto diante dos dados e informações registrada ao longo do percurso, não poderia deixar de mencionar a importância das comunidades tradicionais e povos indígenas, que este último sem sombra de duvida habitava esta localidade até a chegada dos exploradores, que também traziam negros escravizados para realizarem tarefas árduas como abrir as picadas e remar em águas correntes. Segundo Bertran (2011), a região era destinada à caça e à agricultura de subsistência de etnias indígenas pertencentes ao grupo Macro-jê, os Goiã antigos moradores da região foram dizimados pelos kayapó ainda antes da ocupação da região pelos portugueses. Assim como várias cidades do período colonial, que utilizavam da mão de obra escrava, Santa Luzia atual Luziânia possuía vários e centenas de escravizados que a principio trabalharam na exploração de ouro e posterior com o esvaziamento das minas passou a trabalhar nas fazendas de gado.

O Mesquita que foi um quilombo pertencente a Luziânia criado antes mesmo da lei Áurea, e com desmembramento passa a pertencer ao Município de Cidade Ocidental – GO, que foi elevado à categoria de município com a denominação de Cidade Ocidental, pela lei estadual nº 11403, de 16-01-1991. Como descreve Neres (2016) que o Quilombo Mesquita teve grande influencia da família portuguesa Mesquita do município de Luziânia para que fosse concretizado de fato:

Começando por Minas Gerais, uma cidade denominada Mesquita homenageia José Jerônimo de Mesquita, português de explorou a área pela primeira vez em 1850. Na época da referida povoação ele, que tinha residência também no Rio de Janeiro, mantinha uma importante influencia política na corte, fato que o levou a ser titulado Barão de Mesquita pelo rei D. Pedro II. (NERES, 2016, p.26).

Segundo Neres (2016) em 1775 ocorreu uma grandiosa crise da extração de ouro, fato este que levou muitas famílias pioneiras a deixarem Luziânia, consequentemente ocuparam a região do mesquita:

Explicando melhor, as terras pertencentes à Maria Pereira Dutra e conhecidas como “Sítio do Mesquita” foram arrematadas pelo capitão Manoel de Souza Vasques, fato documentado em carta de arrematação de 1.836 (LUZIÂNIA, 1943). NERES, 2016, p.33).

Segundo a Agência Brasil o processo de reconhecimento do “Quilombo Mesquita”, (Figura 13) ainda em tramitação junto ao governo federal, no entanto, em 2006, a Fundação Cultural Palmares concluiu os estudos antropológicos para delimitar a região e reconhecer

como quilombo, Hoje, o quilombo abriga na área rural 785 famílias que tentam manter as tradições deixadas pelos ancestrais. Outras 435 famílias quilombolas do Mesquita vivem nas cidades do entorno de Brasília:

Em nota, o Incra confirmou que a extensão original do território é de 4.292 hectares, mas alegou que a resolução que prevê a redução do Quilombo Mesquita para 971 hectares “acatou o pedido” da Associação Renovadora Quilombo de Mesquita, que reivindica ser a principal representante da comunidade.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/incra-estuda-reduzir-area-de-quilombo-na-cidade-ocidental-em-goias>

Deste modo há uma luta da associação no que tange demarcação e reconhecimento da área do Quilombo Mesquita (Figura 18).



Figura 18 – Quilombo Mesquita (2018).

Foto: José Cruz/Agência Brasil

Traços da modernidade

Não obstante de Brasília capital federal, a cidade de Luziânia foi contemplada com um desenho arquitetônico do renomado arquiteto Oscar Niemayer, conhecido mundialmente pelos traços modernos na base do concreto e aço aplicado na construção dos prédios públicos da capital federal a partir de 1950. O Centro de Cultura e Convenções (Figura, 19). É espaço de grande relevância para à cidade, o espaço é dividido por complexo, a saber: Galeria de Artes, Auditório com capacidade para 400 assentos, biblioteca completa com acervo e computadores, espaços externos para eventos de pequeno e médio porte como a Semana do

Folclore, Aniversário da Cidade e Dia do Evangélico, feiras etc. A obra foi inaugurada em 2008 atualmente apresenta algumas avarias, porém, não impede o bom funcionamento.



Figura 19 – Centro de Cultura e Convenções (2008).
Foto: Benilton Sampaio

3.3 - Luziânia e a Política Pública de Cultura

A complexidade do campo cultural é notável em qualquer município, são inúmeras as linguagens e suportes de expressão a serem contemplados: teatro, música, dança, cinema, comunicação de massa, artes plásticas, fotografia, escultura, artesanato, literatura, patrimônio cultural (material e imaterial), circo, museus etc., cada um com a sua complexidade e especificidade a ser considerada.

Uma política abrangente também deve considerar as dimensões transversais a estas linguagens e suportes, deve pensar em termos de políticas de capacitação profissional, criação, produção, circulação e financiamento da cultura. Temos também diferentes públicos ou segmentos culturais que devem ser enfocados pelas políticas públicas de cultura: povos indígenas e afrodescendentes, juventude, portadores de necessidades especiais, comunidades marginalizadas das grandes cidades e para as comunidades LGBTQ+.

Deste modo torna-se de fundamental importância situar-se, partindo de momentos da história e das respectivas mudanças, a ponto de tentar compreender o verdadeiro papel a ser exercido pelas políticas culturais conforme descreve:

A criação do Sistema Municipal de Cultura é uma das possíveis formas de garantir as parcerias necessárias para financiar a cultura, atualmente o município de Luziânia não tem uma política pública de cultura definida, a fim de financiar a cultura, no ano de 2009 foi criado o CMC – Conselho Municipal de Cultura e institui a Conferência Municipal de Cultura

em conformidade com a lei nº 3.326 de dezembro de 2009. Nesta mesma lei no seu artigo 12 “fica criado o Fundo de Investimentos Culturais do Município de Luziânia – FIC, que deverá ser regulamentado, através de decreto, pelo Chefe do Poder Executivo”. O FIC – Fundo de Investimento Cultural de responsabilidade do poder Executivo local, portanto não foi implementado, desta forma não há mecanismo legal para o financiamento de projetos e eventos culturais no município.

No município de Luziânia a partir de 2010 foram estabelecidos canais de diálogos com as administrações municipais e estaduais, onde ocorreu no ano de 2012 a conferência municipal de cultura com o objetivo de incorporar ao Sistema Nacional de Cultura. O intuito é envolver os representantes da área artístico-cultural e da sociedade civil em geral. E por fim se tornar parceiros e corresponsáveis. Até o ano de 2012 a Secretaria Municipal de Esportes Cultura e Lazer eram conjunta e somente no ano de 2013 que a pasta foi desvinculada.

A figura do gestor da cultura local se deu em 2014. No dia 21 de agosto de 2014, ocorreu o I Fórum Municipal de Cultura, com a participação da sociedade civil e poder público. O evento teve por objetivo rediscutir o processo de institucionalização do sistema de gestão da cultura na localidade. Com uma boa participação de representantes dos segmentos culturais da cidade, artesanato, música, teatro, dança, cultura popular, arte urbana, mídias digitais. Além dos debates e discussões foi apresentado a aos presentes a minuta do projeto de lei que institui o SMC – Sistema Municipal de Cultura de Luziânia, elaborado em conformidade com SNC – Sistema Nacional de Cultura, bem como os elementos mínimos exigidos na lei federal.

Em 2014, foi encaminhado projeto do SMC – Sistema Municipal de Cultura para o poder legislativo local, Câmara de Vereadores que foi aprovado por unanimidade. E sancionada pelo Poder Executivo, a Lei nº 3.754 de 18 de dezembro de 2014 – Que Institui no Município de Luziânia o SMC – Sistema Municipal de Cultura. Em 22 de fevereiro de 2015, o município de Luziânia aderiu ao e assinou o Acordo de Cooperação Federativa nº do processo 01400.010917/2012-14 DOU nº 35 de 23 de fevereiro de 2015.

O fórum foi uma oportunidade impar para sociedade Luzianiense, um resgate e despertou um grande interesse de participação da sociedade, os debates e discussões da proposta de consolidação do sistema de gestão da política publicam de cultura, para maioria gerou expectativas. O órgão gestor da cultura local, com a nomeação do respectivo secretário de cultura foi um marco também na gestão municipal, um ganho para todos os envolvidos com a cultura.

Consequentemente ocorreram diálogos culturais, em prol de debates da construção do sistema de gestão, principalmente do PMC – Plano Municipal de Cultura, onde o gestor recebeu capacitação da UFBA e MinC para Elaboração do Plano. Como resultado foi construído um esboço com o diagnóstico do município. Encontram-se parado no gabinete do poder executivo, as minutas de projetos de lei de criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Plano Municipal de Cultura.

Os pilares da gestão municipal de cultura eram o incentivo às artes; a preservação da memória e do patrimônio, as ações são realizadas por grupos, associações e igrejas, o município apoia os eventos de forma isolada por não haver leis de regulamentação para o financiamento da cultura.

Segundo Barbalho (2005) carece que os produtores criem suas próprias logics de mercado, conhecer e se situar a partir de propostas de qualidade com objetivo de convencimento dos empresários em comprar seus projetos, tendo em vista a complexidade e competição impostas pelo mercado cultural.

Os promotores da cultura contam atualmente com o apoio do meio privado para patrocinarem os projetos e eventos, por meio do marketing cultural e não por incentivo fiscal, que ocorre quando município detém de políticas definidas para o meio cultural, essa é uma dificuldade que permanece até os dias atuais, e não há uma perspectiva de mudanças á curto prazo, deste modo o bem cultural não desenvolve e consequentemente fica a mercê da vontade política do governante local. Mesmo existindo no Brasil base legal e constitucional para alicerçar políticas culturais, ainda não alcançamos a meta ideal.

A elaboração de políticas públicas na área cultural deve garantir o desenvolvimento da mesma, sem esta possibilidade torna-se complicado exigir o desenvolvimento da cultura no município. Deste modo é lícito concluir que a cultura é um componente estrutural e estruturante da Constituição. No entanto, ainda falta à maioria dos governos e à sociedade como um todo reconhecer o papel estratégico das políticas culturais na promoção e proteção dos direitos culturais, bem como na formação e promoção da humanidade por meio da cultura.

Considerações Finais

O presente estudo teve por objetivo principal contextualizar as questões das políticas públicas de cultura, em uma abordagem de redes, tal como foi mencionado anteriormente, possibilita a coerência, a integralidade e a sustentabilidade das políticas públicas, nesse sentido os projetos que engloba o desenvolvimento cultural.

Partindo do pressuposto que as políticas culturais caracterizam-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento social, pois, abrangem toda a sociedade, direto ou indiretamente, deste modo o homem e sua relação com a cultura, está propensa a si modificar por meio da aculturação, podendo haver perdas no futuro da própria identidade.

A cultura pode ser um produto a ser consumido por toda a sociedade independentemente da classe social que ocupa. O homem tem criado, inventado e reinventado práticas culturais para folclórico, de representação cada vez mais presente na vida de cada ser humano. Sabemos também que ainda é um anseio da sociedade brasileira ter oportunidade plena do acesso aos produtos e bens culturais, pois, há um distanciamento e barreiras a ser superada no que tange a gestão ou mesmo no consumo.

O fomento e mecanismos de financiamentos são os gargalhos ainda a serem superados, a políticas culturais no município de Luziânia – Goiás estar para acontecer de fato carece de ações diferenciadas do governo local, bem como da comunidade em geral para fazer valer na prática a política de cultura.

Dessa forma percebe-se que a sociedade e entes envolvidos com o meio cultural, não possuem de forma plena a visão holística, da importância da cultura para o desenvolvimento local. Pois, vivemos em constantes mudanças e instabilidades, proporcionada pelo mundo contemporâneo, torna-se necessário estruturar um novo olhar para o homem e as suas ações. A humanidade é o maior interessado em usufruir e consumir os bens culturais, a transformação, implementação, participação, criação, fruição, fomento, difusão são necessários para promoção da cultura observados, a partir de uma nova ótica.

Política Pública tem sido e é um grande desafio para todo pesquisador, tendo em vista que as Políticas Culturais são abrangentes, e que necessita de uma atuação em conjunto com o governo, sociedade civil e iniciativa privada. O processo de desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de momentos reflexivos, de orientação e busca de experiências e relatos de profissionais, focado no objetivo de tentar sintetizar os conteúdos que aproxime do objetivo específico do trabalho, pela sua dinâmica e por haver uma gama de autores que falam de Políticas Culturais.

O objeto da pesquisa remete a ânsia de galgar novos desafios em torno das políticas culturais. Partindo do pressuposto que a política pública de cultura no Brasil tem passado e passa por significantes mudanças e implementações. No município de Luziânia ainda é insuficiente, deste modo não atende a demanda da sociedade Luzianiense.

Considerar, portanto, neste primeiro momento a conclusão, reafirmando que a contemporaneidade vivencia, exerce, e se manifesta de forma própria. Mesmo não havendo uma resposta definitiva para objeto estudado. Consideraremos como passo inicial a partir das reflexões, formulações e implicações pela falta de um sistema de gestão consolidado na localidade. Portanto identificamos que houve articulações e ações nessa perspectiva a partir de 2014, com a mobilização da sociedade civil concomitante ao poder público, ou seja, alguns passos foram dados nessa perspectiva. Na atual conjuntura encontra-se estacionado, deste modo concluímos a inexistência efetiva de política cultural implementada.

Este trabalho de investigação representa um esforço contínuo de crescimento e desenvolvimento pessoal, bem como a minha ânsia de aprofundar o conhecimento sobre a política pública de cultura, área esta que sempre me fascinou. Assim, conhecendo um pouco mais sobre o tema, posso ser um agente multiplicador desta política.

Pontos positivos e os desafios no processo de construção da política pública

Os desafios no processo de construção da política cultural na cidade de Luziânia são eminentes, pois, toda política pública para ser implementada requer interesse por parte da gestão, bem como a participação dos públicos a fim de suprir partes das demandas excludentes presente na sociedade Luzianiense. A participação da sociedade civil representada pelos grupos, coletivos, associações e áreas culturais são relevante, pois, daí desperta a vontade e desejo de mudança de um pequeno grupo de agentes e artistas da localidade que compõem o Fórum Permanente de Cultura do Município, que mesmo não sendo uma aglomeração são presentes e participativos. Sua função é tornar-se um elemento que visa estimular ações, como encontros, reuniões e debates, bem como traçar um diagnóstico das demandas de cada setor, viabilizando melhor diálogo entre os organismos, os artistas, agentes culturais e o governo municipal.

Deste modo consideramos bastante positivo na perspectiva de consolidação da política pública de cultura, pois, é o elo entre a sociedade civil e o poder público local, dialogando com os grupos e agentes culturais concomitantemente aos poderes legislativo e executivo, com fins próprios de alcançar resultados satisfatórios no que tange a efetivação de uma política cultural que atenda a lacuna existente na municipalidade no trato ao fomento e

financiamento dos projetos e bens patrimoniais, artísticos e culturais. Consideramos que o movimento do fórum é um importante aliado no processo de construção e formatação da política cultural.

Pontos atuais e a desenvolver no futuro

Trata-se de questões políticas, portanto requer articulação e mobilização do gestor cultural, e dos membros do fórum, uma vez que o município ainda não constituiu os elementos mínimos da política cultural, como exemplo o Conselho Municipal de Política Cultural, uma vez constituído passa a ser a voz da cultura, pela paridade de representatividade composto por membros da sociedade civil e poder público. Todos os segmentos culturais como agentes, produtores, gestores culturais, artistas, coletivos, associações e a população de modo geral, carece participar dos espaços de poder a ponto de dar suas contribuições no processo de construção das políticas públicas. Os movimentos foram intensificados a partir de 2003, com a realização de seminários, conferências, fóruns e diálogos no campo da cultura. O que tudo parece tende a diminuir no futuro breve. Percebe-se, portanto que a agenda pública do que tange a política cultural enfrenta questões a ser solucionada como a questão do fomento e meios de financiamento, que percebemos como um caminho que preserva e conserva os projetos e o fortalecimento para que tenhamos desenvolvimento nas questões socioculturais. A diversidade cultural por ser fundamental e o motivo do qual devemos construir políticas de fortalecimento dos variados segmentos.

Como diz Teixeira Coelho “seremos capazes de construir, com tanta diversidade, além de cidades do conhecimento, cidades do reconhecimento”? Ou seja, há um longo caminho a percorrer os desafios existentes hoje podem ser os de amanhã, porém, carece de união dos grupos da comunidade, artistas e agentes culturais. Talvez seja necessário buscar mecanismos que possa inserir esse público em espaços formativo, a ponto de torna-los seres independentes e capazes de solucionar problemas e conflitos de atuação. A transformação se dar por meio da educação e o campo da cultura requerem profissionais qualificados para atuação de forma democrática condizente com a atual conjuntura.

Portanto a participação dos segmentos no processo de construção da política cultural no município é um dos desafios centrais, pois, a temática requer maior comunicação e interação entre os poderes constituídos, por outro lado os fazedores de cultura e o órgão gestor da cultura necessitam de mecanismos legais que possibilite tais financiamentos, que só serão possíveis com a aprovação da lei no poder legislativo concomitantemente ao poder executivo. Que se percebe pouco interesse por parte do governante da localidade.

Por fim, ao considerar a conclusão neste primeiro momento deste ensaio monográfico, atualmente pode-se afirmar que a cultura local é objeto de constantes transformações, sendo um campo aberto para atuação. Contudo, é possível verificar que Luziânia, uma cidade bicentenária, embora conserve eventos culturais enraizados desde seus anais, deixa a desejar quando o assunto é a manutenção dessa memória conservada. Além disso, há também pouco interesse por parte dos governantes locais em políticas voltadas à preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, e também faz-se pouco caso em criar políticas públicas para possibilitar novas incursões nesse universo cultural.

Referências Bibliográficas

- BANGO**, Júlio. Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas - Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- BARBALHO**, Alexandre. A modernização da cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Fortaleza: UFC, 2005.
- BERMAN**, Marshall, - **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**/Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti – São Paulo: Companhia das Letras. 2007
- BOTELHO**, Isaura. **Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990)**. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2001.
- _____. Dimensões da cultura e política públicas. São Paulo em Perspectiva. Scielo Brasil, Vol. 15, nº 2. São Paulo, 2001.
- BRASIL**. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura. Estruturação, Institucionalização e implementação do SNC. dezembro de 2011.
- _____. **Constituição (1988)**, Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.
- CANO BLANDÓN**, Luisa Fernanda. Tomar em serio lãs políticas públicas. Periódico Alma Máter. Editorial Universidad da Antioquia, Outubro, 2007.
- CALABRE**, Lia. **Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 31p. 161-181, 2003
- _____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CAMPOS**, Hélio Mendes de Oliveira. **A pintura em cabaça como meio transversal para resgate da cultura local do município de Luziânia-GO**. UNB/UAB – Instituto de Artes. Disponível em
<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5610/1/2012_HélioMendesdeOliveiraCampos.pdf>
Acesso em 20 nov. 2018.
- CANCLINI**, Néstor GARCIA (ed.) *Políticas culturales en América Latina*. México, Grijalbo, 1987.
- COELHO**, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.
- CRULS**, Luiz, **Um Cientista a serviço do Brasil**/Museu de Astronomia e Ciência Afins. 2ª Edição, Rio de Janeiro. 2010. 56 p.:Il
- GOMES**, laurentino, 1822 Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado/Laurentino Gomes – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2010.
- LARAIA**, Roque de Barros, Cultura Um Conceito Antropológico, 6ª Ed. – Jorge Zahar Editor – Rio de Janeiro -1986.
- NETO**, AT, – **Pequena História da Agropecuária Goiana**, REVISTA EDUCAÇÃO & MUDANÇA, 2010. Disponível em:
<<http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/rem/article/view/27/27>>. Acesso em: 29 de

Jun. 2011. 16:05:06.

MEIRELES, José Dilermando, Apologia de Brasília, (Organização e Produção independente). Luziânia, 1960.

MELLO ÁLVARES, Joseph de, (1978) História de Santa Luzia – Luziânia – (Organizado por José Dilermando Meireles), Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1979.

NERES, Manoel Barbosa, Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência./ - Brasília, DF: Gráfica Conquista, 2016. 148 p.: il.; 15 x21 cm.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro (organizador) 2011 – **Opção pelos pobres no Século XXI** – São Paulo: Paulinas, 2011

RUBIM, Antônio Albino Canela. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio Albino Canela; BARBALHO, Alexandre (orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11-36, Goiânia: Oriente, 1972.

SANTIAGO, Selma, Gestão da cultura para o desenvolvimento de cidades – Guarapiranga, um estudo de caso/Selma Santiago – Brasília: Logos 3, 2013, 128 p

TELLES, Sarah da Silva. Pobreza e desigualdade na escola da favela. Rio de Janeiro:Ed.PUC-Rio/Ed.Pallas,2009.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo: USP – Curso de Pós-Graduação em sociologia/Ed.34.2001.

TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio – 2 ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

VELOSO, Jorge das Graças, A Visita do Divino – Brasília : Thesaurus, 2009. 368 p.;

Internet:

Dicionário de sinônimos, 2018. Disponível em <<https://www.sinonimos.com.br/cultura/>>. Acesso em 21 nov. 2018.

Dicionário Michaelis On-line, 2018. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultura/>>. Acesso em 21 de nov. 2018.

GIL, Gilberto. “Discursos programáticos do Ministro da Cultura Gilberto Gil”. www.cultura.gov.br. Acesso em 29/01/2013.

http://www.diocesedeluziania.com.br/?page_id=3643

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/incra-estuda-reduzir-area-de-quilombo-na-cidade-ocidental-em-goias>

<http://www.paroquiastaluzia.org/index.php/a-paroquia/nossa-historia>

<http://ong-protogerlza.blogspot.com/2013/07/igreja-do-rosario-luziania-go.html>

Fotos:

Benilton Sampaio

Stúdio Roberth

Acervo da Casa da Cultura Rui Carneiro

Agência Brasil - EBC